



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**MARCOS CINTRA**  
Deputado Federal

# **COMPROMISSO COM O CONTRIBUINTE**

*Coletânea de artigos, proposições  
e pronunciamentos apresentados pelo  
Deputado Federal Marcos Cintra, na  
Câmara dos Deputados.*

**Centro de Documentação e Informação**  
**Coordenação de Publicações**  
BRASÍLIA - 2001

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**51ª Legislatura- 2ª Sessão Legislativa**  
**SÉRIE**  
**SEPARATAS DE DISCURSOS, PARECERES E PROJETOS**  
**Nº 198/2000**

## SUMÁRIO

Apresentação.....	5
Perfil.....	7
Informativo 2000 .....	8
Pronunciamento.....	11
1. Relatório da reforma tributária.....	11
2. Denunciando o cartel da laranja.....	15
3. Análise da política econômica.....	17
4. Pela ética nas nações públicas.....	24
5. Homenagem do Dia Internacional do Trabalho.....	28
6. Destacando o papel do pequeno e médio empreendedor.....	32
Coletânea de artigos	35
1. Imposto social pode viabilizar a reforma tributária.....	35
2. Crônica de uma reforma fracassada.....	37
3. Histórias de um governo de plástico.....	39
4. A reforma tributária como uma farsa.....	41
5. Paraíso dos sonegadores.....	44
6. Sobrevivência das microempresas.....	47
7. Salário mínimo, sigilo bancário e sonegação.....	49
Proposições apresentadas.....	52

## APRESENTAÇÃO

No cenário da política nacional, em que a maioria das atividades e iniciativas dos ocupantes de cargos eletivos acontecem distantes do conhecimento público, é imprescindível a apresentação de documentos que viabilizem canais de comunicação entre os eleitores e todos os cidadãos interessados em participar das atividades e produções parlamentares.

Mais necessário se faz, se considerarmos que estamos vivendo uma época em que se acumulam as críticas e queixas sobre o desempenho dos políticos e a suposição de que a produtividade de alguns é nula ou pouco significativa.

Salvo algumas matérias, que excepcionalmente têm destaque garantido na grande mídia, pouco do que acontece na Câmara Federal é levado ao conhecimento público.

A idéia condutora da elaboração deste documento, portanto, está centrada na consideração e respeito aos cidadãos, e, de modo especial, aos eleitores que me consignaram a responsabilidade de representá-los em Brasília, e objetiva comunicar-lhes as ações de governo que, como parlamentar, empreendi no exercício de 2000.

Todos que acompanham minha trajetória política e profissional sabem que o ponto central de minhas preocupações é a questão tributária, em sua conceituação macro, e seus impactos na economia do País e conseqüentemente na ordem social. Assim, a análise das iniciativas que tomei no exercício passado, transcritas e tomadas públicas neste documento, confirma a meta que persigo: insistir na luta por uma Reforma Tributária que contemple, de fato, todos os anseios nacionais.

Acredito, sempre, que não haverá ascensão para nosso povo, paz social e tranquilidade econômica, sem os ajustes necessários na política econômica federal em vigor.

Esses são os tópicos que pretendo comunicar nesta compilação de artigos, de trabalhos e de projetos. Espero, com a divulgação destas informações, estar colaborando para consolidar as nossas condições democráticas e favorecendo os processos que levarão ao desenvolvimento econômico que todos almejamos.

*Marcos Cintra*

---

Marcos Cintra  
Internet: [www.marcoscindra.org](http://www.marcoscindra.org)  
E-mail: [mcindra@marcoscindra.org](mailto:mcindra@marcoscindra.org)

# Perfil

## Formação

“Obteve quatro títulos superiores pela Universidade de Harvard (EUA) – Bacharel em Economia (BA cum laude, 1968), Mestre em Planejamento Regional (MRP, 1972), Mestre em Economia (MA, 1974) e Doutor em Economia (PhD, 1985)”.

## Atualização Política

É o idealizador da proposta do Imposto Único.

Foi secretário do Planejamento, Privatização e Parceria do Município de São Paulo em 1993.

Foi vereador por São Paulo entre 1993 e 1996.

É presidente do Instituto Tancredo Neves no Estado de São Paulo.

Ocupa seu primeiro mandato de Deputado Federal – PFL/SP. Foi eleito com 132.266 votos.

É presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados.

Foi candidato a prefeito da cidade de São Paulo nas eleições de 2000.

## Atividades Acadêmicas

É professor-titular da Escola de Administração de Empresas de São Paulo – EAESP e vice-presidente da Fundação Getúlio Vargas/FGV.

Foi chefe do Departamento de Economia da FGV entre 1985 e 1987, e diretor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo/FGV, de 1987 a 1991, quando introduziu os cursos de mestrado e doutorado em Economia de Empresas.

É professor de micro e macroeconomia, finanças públicas, economia agrícola e desenvolvimento econômico nos cursos de Administração de Empresas e de Administração Pública da FGV.

É autor de artigos e livro publicados no Brasil e exterior sobre finanças públicas, teoria econômica e agricultura

## Atividades na Imprensa

Foi consultor do jornal **Folha de S. Paulo**, onde atua como articulista. É colaborador regular dos jornais Gazeta Mercantil, Jornal da Tarde, Correio Braziliense, Diário Popular, Diário do Comércio, Valor Econômico e cerca de 200 jornais em todo o país.

## Comissões da Câmara dos Deputados

É membro das seguintes comissões da Câmara Federal: Comissão de Economia, Indústria e Comércio (PRESIDENTE), Comissão Especial de Reforma Tributária, Comissão de Finanças e Tributação, Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Comissão Especial do Sistema Financeiro Nacional e Comissão Especial do Comércio Eletrônico.

---

Marcos Cintra

Internet: [www.marcoscindra.org](http://www.marcoscindra.org)

E-mail: [mcindra@marcoscintra.org](mailto:mcindra@marcoscintra.org)

## INFORMATIVO 2000

Seguindo o princípio político de manter a transparência nas ações praticadas durante o mandato, Marcos Cintra edita mensalmente um Boletim Informativo "Destaques", que comunica tópicos do trabalho que desenvolve na sua gestão parlamentar. Estão transcritos, a seguir, pontos que foram destaque nos boletins editados em 2000.

### **Proprietários de imóveis se responsabilizarão pelo pagamento do IPTU.**

Atendendo às reivindicações das pessoas que pagam aluguéis, Marcos Cintra apresentou um Projeto de Lei que veda o repasse das obrigações tributárias dos imóveis para os locatários.

### **Recursos do DPVAT terão que ser direcionados somente ao pagamento de indenizações.**

Com o intuito de proibir qualquer destinação de recursos do seguro obrigatório (DPVAT) os setores não relacionados com o pagamento de indenizações, o Deputado Marcos Cintra apresentou o PL 2.894/00. Isso permitirá reduzir o valor que os proprietários de veículos pagam todo ano.

### **Um dos parlamentares mais influentes do Congresso Nacional**

O departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP, órgão que reúne cerca de 900 entidades sindicais de trabalhadores, publicou sua pesquisa anual que aponta, pelo segundo ano consecutivo, o Deputado Marcos Cintra como um dos 100 parlamentares mais influentes no Congresso Nacional.

O DIAP destaca como principais características do deputado sua capacidade de articulação e de formular propostas.

### **Políticos serão obrigados a abrir sigilo bancário e fiscal**

O Deputado Marcos Cintra conseguiu aprovar o parecer do PLC 93/99, que relatava na Comissão de Finanças e Tributação. O projeto institui a autorização formal para quebra de sigilo bancário e fiscal de candidato a cargo eletivo e de interessado na posse em cargo público. Marcos Cintra luta para encontrar meios legais de combater o crime organizado e a corrupção na administração pública.

### **Receita Federal poderá usar o CPMF pra coibir a sonegação**

O projeto do Executivo, que permite à Receita Federal utilizar os dados da CPMF para verificar eventuais créditos tributários, teve parecer favorável do Deputado Marcos Cintra. Objetivo da proposição é coibir a sonegação de impostos.

### **Condições especiais para os portadores de deficiência física**

Seguindo o que determina a Constituição Federal, Marcos Cintra enviou uma Indicação ao Ministro da Fazenda com o intuito de mudar as condições de benefício fiscal do ICMS para pessoas portadoras de deficiência física que desejam adquirir um automóvel adaptado.

A idéia é oferecer aos portadores de deficiência novas alternativas de modelos de automóveis, excluindo o limite de potência bruta dos veículos.

### ***Assalariados pagarão menos imposto***

O Deputado Marcos Cintra apresentou, juntamente com outros parlamentares, uma Proposta de Emenda à Constituição, de nº 256/00, que substitui gradualmente as contribuições patronais ao INSS sobre a folha de pagamentos, pela Contribuição Social sobre a Movimentação Financeira.

### ***Em defesa do contribuinte***

O Deputado Marcos Cintra está retomando os trabalhos da “Associação Contribuintes em Ação” com o objetivo de defender os contribuintes e combater a sanha arrecadatória dos governantes.

### **SIMPLES**

O Deputado Federal Marcos Cintra, que integra a Comissão de Finanças e Tributação, solicitou a relatoria de diversos projetos de lei que versam sobre o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Micro e Pequenas Empresas, o SIMPLES, visando ampliar a sua abrangência.

Seu objetivo é que algumas atividades essenciais, ainda excluídas desse sistema simplificado de tributação, possam ser por ele abrangidas, como é o caso de cooperativas de crédito, profissionais liberais, empresas de contabilidade, de construção civil, de loteamentos, de propaganda e publicidade, incorporadoras, administradoras de imóveis, corretoras de seguros, escolas e creches, hospitais e serviços de saúde, e outras mais, que não podem ficar à margem desse avanço tributário.

O parlamentar tem se empenhado, assim, para garantir que mais setores da economia, representados por pequenas e micro empresas, geradoras de empregos e riquezas para o país, deixem a informalidade e se beneficiem, também, da desoneração de custos que é possibilitada pelo SIMPLES.

### **Marcos Cintra está montando governo paralelo para acompanhar e fiscalizar o PT na Prefeitura de São Paulo**

O Deputado Marcos Cintra, seguindo a tradição inglesa do “shadow cabinet”, está montando uma equipe que irá acompanhar as ações do PT à frente da prefeitura de São Paulo.

Marcos Cintra, que foi candidato a prefeito, quer comparar seu plano de governo com as ações do PT e criar um canal para que a população possa debater propostas e apresentar denúncias.

### ***Mutuários do crédito rural poderão recorrer a Conselho Arbitral***

Após oito meses de debates, o projeto do Deputado Marcos Cintra, que permite aos mutuários de crédito rural recorrerem a instituições arbitrais para recalcular os seus saldos devedores, foi aprovado na Comissão de Agricultura.

O projeto será apreciado agora pela Comissão de Finanças e Tributação.

### **CPI da Citricultura**

O Deputado Marcos Cintra, preocupado com a situação da citricultura, pediu a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI – e instauração de processo administrativo no CADE contra o cartel das cinco grandes empresas de suco de laranja que denominam 90% do mercado nacional.

Marcos Cintra

Internet: [www.marcoscintra.org](http://www.marcoscintra.org)

E-mail: [mcintra@marcoscintra.org](mailto:mcintra@marcoscintra.org)

## PRONUNCIAMENTOS

### 1. Relatório da reforma tributária

*(Proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em 13-01-2000)*

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, venho à tribuna tecer comentários sobre um dos assuntos de maior relevância para o atual quadro da economia brasileira: a reforma tributária.

Nós sabemos que esta Casa vem trabalhando ativamente nessa reforma desde o início desta Legislatura, em fevereiro do ano passado, portanto, já são dez meses de árduos e intensos trabalhos. .

A comissão vem trabalhando sob a eficiente e profícua liderança do Deputado Germano Rigotto, contando, ainda, com a relatório do Deputado Mussa Demes, homem entendedor do assunto. S. Ex.!, nesses dez meses, foi capaz de produzir um relatório final, ao qual eu, pessoalmente, manifestei total discordância.

Apresentado à votação na comissão o relatório final, o resultado foi 35 votos favoráveis ao relatório do Deputado Mussa Demes e um voto contrário, e eu carrego comigo, como um galardão, ter sido o voto contrário na aprovação daquele relatório. Não desmereço, em absoluto, o trabalho feito pelo Relator, Deputado Mussa Demes, embora tenha sérias críticas ao projeto.

A comissão entendeu que deveria aprovar o relatório para que, uma vez em plenário, por intermédio de emendas aglutinativas e destaques, pudéssemos melhorar o texto, e que o melhor seria que, uma vez aprovado esse texto, houvesse a continuidade do processo.

Eu discordei, por achar que todo o trabalho que este Plenário poderia fazer em tomo da reforma tributária teria que tomar por base, necessariamente, o relatório produzido pela comissão, e esse relatório, repito, recebeu o meu mais veemente repúdio.

Trata-se de um projeto que não atende, absolutamente, àquilo que a sociedade brasileira deseja ou imagina deva ser uma reforma tributária.

O que o contribuinte, o industrial, o comerciante, o prestador de serviço, o homem comum do povo entende por reforma tributária?

---

Marcos Cintra  
Internet: [www.marcoscindra.org](http://www.marcoscindra.org)  
E-mail: [mcindra@marcoscindra.org](mailto:mcindra@marcoscindra.org)

Ele quer apenas um sistema tributário mais simples e deseja um sistema tributário que reduza o custo da arrecadação. Não é somente o custo público, mas também o custo interno que ele é obrigado a suportar na empresa, para atender a todos os quesitos e às exigências que, muitas vezes, o Fisco faz para o cumprimento da obrigação tributária. Ele deseja um sistema capaz de universalizar a base de incidência tributária, ou seja, fazer todos pagarem impostos. Se todos pagam impostos, todos pagam menos, pagam pouco.

Sabemos que hoje, um dos principais problemas do sistema tributário brasileiro é a sonegação e a evasão. Portanto, buscando simplicidade, economicidade, universalidade, estar-se-ia atendendo àquilo que o contribuinte, no seu bom-senso, no seu senso comum, entende por reforma tributária.

Esses quesitos são fundamentais para que ele sinta no seu bolso o benefício de uma alteração, para melhor, do sistema tributário brasileiro. Infelizmente, no meu entendimento, a Comissão de Reforma Tributária não foi capaz de produzir um texto que atendesse a esses quesitos, por várias razões. A comissão, no meu entender, centrou-se, excessivamente, em apenas um tributo, obcecada pelo objetivo de controlar e combater a guerra fiscal, problema sério, sem dúvida alguma. Problema que exige medidas de correção e providências para se evitar essa guerra fratricida entre estados, concorrendo por escassos investimentos, como sabemos que o são no nosso País. Mas não se pode centrar, exclusivamente, a preocupação da reforma tributária neste tema.

Levanto, por exemplo, um problema fundamental: desoneração da folha de pagamento. Hoje, vivemos uma situação de altíssimo desemprego, 16 a 17% de desempregados nos grandes centros urbanos. Atualmente, um dos problemas mais sérios da nossa sociedade é: como absorver a mão-de-obra no processo produtivo? Como incorporar essa população marginalizada, do processo econômico brasileiro, ao sistema produtivo?

Uma reforma tributária que não se atenta para essa questão está sendo apenas uma meia reforma, uma meia-sola, uma improvisação e não uma autêntica e profunda reforma.

O projeto do Deputado Mussa Demes, infelizmente, não caminha um milímetro no sentido de desonerar a folha de salário das empresas. Essa é uma grande falha. Sabemos também que um dos tributos mais sonegados atualmente no País é o Imposto de Renda sob Pessoa Jurídica, por várias razões que não cabe aqui comentar - uma tendência mundial numa época de globalização. Com a enorme mobilidade de fatores de produção, de capitais; de mão-de-obra, de trabalho, intensos fluxos financeiros entre países, o controle toma-se extremamente difícil. E por essa razão o Imposto de Renda sob Pessoa Jurídica tem-se transformado num tributo que sofre de elevadíssima taxa de sonegação.

---

Marcos Cintra

Internet: [www.marcoscindra.org](http://www.marcoscindra.org)  
E-mail: [mcindra@marcoscindra.org](mailto:mcindra@marcoscindra.org)

Haveria, portanto, que se atentar para esse tributo, buscando a sua simplificação, transparência e universalidade. Nada disso se encontra no projeto do Relator Musa Demes. Esse é o projeto que, infelizmente, hoje, estamos tendo por base de discussão, uma vez que ele chega ao plenário.

Eu estava correto na minha avaliação, infelizmente. O projeto, de fato, encontrou todo tipo de resistência. O Governo Federal manifestou-se frontalmente contrário a ele; os Secretários de Estado, da mesma forma, também o criticam, a ponto de, hoje, termos uma comissão tripartite, composta de membros do Executivo Federal, representantes dos Secretários de Estado, estando a Mesa da Comissão da Reforma Tributária, praticamente, reiniciando a sua discussão.

Os meus pressentimentos se realizaram, infelizmente. A sociedade captou a essência do projeto apresentado pela Comissão da Reforma Tributária como insatisfatório, do ponto de vista do que é preciso fazer para retomar o processo de crescimento econômico brasileiro.

Hoje, as discussões se arrastam; dificilmente teremos - espero estar errado - um projeto de consenso, que seja do agrado das três partes que participam dessa comissão tripartite e, sobretudo, da sociedade brasileira. Nós estamos assistindo hoje a uma discussão que, infelizmente, pautada pelo projeto inicial do Deputado Mussa Demes, restringe-se apenas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias. Ao mesmo tempo, continuam sendo ignorados alguns aspectos fundamentais de uma reforma tributária ampla e profunda que eu e vários outros colegas parlamentares vínhamos defendendo na Comissão da Reforma Tributária.

Não se chega à simplicidade nem à redução de custos, enfim, não se consegue atender ao que a sociedade brasileira entende ser uma reforma tributária necessária. E o pior é que, após dez meses de intensos e exaustivos trabalhos, após dez meses de trabalhos que envolveram não só os membros da Comissão da Reforma Tributária, mas, aproximadamente, uma centena de audiências públicas, com as quais tentamos trazer ao debate todos os segmentos da sociedade brasileira, após todo esse trabalho, voltamos praticamente à estaca zero. Desde o final de novembro, quando o Deputado Mussa Demes apresentou o seu relatório, a comissão acha-se em compasso de espera, aguardando que a comissão tripartite dê um rumo, um novo direcionamento à discussão da reforma tributária.

Ouçó, com prazer, o nobre Deputado Synval Guazzelli.

O Sr. Synval Guazzelli - Nobre Deputado, v: Ex.! está oferecendo ao Plenário sua opinião sobre assunto da maior relevância, que tanto preocupa a todos nós e à sociedade brasileira. Sei que V. Ex! é um estudioso da matéria - já em meu gabinete recebi correspondências suas -, e gostaria de recolher a sua opinião sobre a idéia de transformação da CPMF em imposto definitivo. Muito obrigado.

O SR. MARCOS CINTRA - Com o maior prazer, Deputado Synval Guazzelli. Como sempre, suas observações são de extrema relevância. Em realidade, esse aparte de V. Ex<sup>a</sup> vai ao fulcro da questão. Gostaria de dizer aos Srs. Deputados e a todos que assistem, por meio da TV Câmara, ao andamento dos trabalhos da Comissão de Reforma Tributária, que ainda há esperança, sim. Um dos pontos fundamentais, que acredito poderia salvar a Comissão de Reforma Tributária, é inseri-la novamente como projeto essencial, bem-vindo, capaz de empolgar a opinião pública é, efetivamente, a criação de tributos não-declaratórios, em substituição aos chamados tributos convencionais ou declaratórios.

Há na Comissão de Reforma Tributária, hoje, a tendência de transformar a CPMF no chamado IMF - Imposto sobre Movimentações Financeiras, em moldes permanentes. Há muitas críticas em relação a esse tributo, no que se refere à sua cumulatividade, mas acredito que, pela sua transparência, pelo seu elevadíssimo potencial de arrecadação, pelo fato de alcançar todos os segmentos da sociedade e sobretudo por ser de difícil sonegação, atende às necessidades do País.

Deputado Synval Guazzelli, acredito que tal tendência da Comissão de Reforma Tributária no sentido de aprovar a criação do Imposto sobre Movimentações Financeiras, em bases permanentes, compensável em outros tributos, seja quase unânime. Sem dúvida alguma, esse é um caminho que situará a reforma tributária numa trilha capaz de empolgar a opinião pública e estimular a participação do contribuinte, até hoje ausente, nessas discussões.

Estes comentários são, a bem dizer, mais uma prestação de contas. Na qualidade de membro da Comissão de Reforma Tributária, sinto-me frustrado com o andamento dos trabalhos da comissão, mas muito esperançoso de que retomemos o caminho da elaboração de reforma eficiente e capaz de recolocar o País na rota do desenvolvimento auto-sustentado.

## **2. Denunciando o cartel da laranja**

*(Proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em 11-2-00)*

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Deputados, o que me traz a esta tribuna mais uma vez é o objetivo de denunciar um dos maiores abusos econômicos que estão ocorrendo no Estado de São Paulo, com a enorme concentração da atividade de produção de suco de laranja nas mãos de algumas poucas empresas. Cinco empresas monopolizaram por completo esse setor que é responsável por um faturamento de 4,5 bilhões de dólares por ano e emprega centenas de milhares de agricultores, basicamente pequenos e médios produtores de frutas, que no momento estão totalmente nas mãos dessas poucas indústrias, as quais praticam as mais odiosas formas de cartelização do mercado.

Sr. Presidente, há muito tempo esse fato já vem sendo observado no chamado citrusbusiness paulista. Desde 1991, reclamações têm sido feitas. Produtores já levaram reclamações formais à Secretaria de Defesa Econômica, tendo sido, inclusive, aberto um inquérito para investigar as práticas desleais de comércio por essas indústrias. Na oportunidade, chegou a haver, por parte delas, o compromisso formal de não repetirem essas práticas que estão asfixiando o pequeno produtor de laranja do Estado de São Paulo. Infelizmente, tal compromisso não foi cumprido e, mais uma vez, o cartel da laranja mostra suas garras, sufocando o produtor e impondo-lhe condições as mais odiosas para a comercialização do seu produto.

Temos observado, nos últimos meses, Sr. Presidente, que os produtores estão deixando o fruto apodrecer nas árvores. Alguns estão, inclusive, colhendo os frutos e distribuindo-os gratuitamente, como forma de protesto contra as condições que lhes estão sendo impostas.

Sr. Presidente, há mais: sabedoras do enorme poder que detêm, essas indústrias estão impondo aos produtores aditamentos contratuais absolutamente leoninos, submetendo-os a condições de comercialização inaceitáveis em qualquer mercado competitivo. É por isso que estaremos apresentando um requerimento ao Ministro da Justiça no sentido de que se instaure um processo administrativo para a apuração de práticas de cartelização pelas indústrias de suco de laranja do Estado de São Paulo, principalmente no tocante aos médios e pequenos produtores.

É lógico, Sr. Presidente, que todos desejam que o mercado funcione com a maior liberdade possível. Todos nós defendemos o mecanismo da concorrência, que é garantia de eficiência, de boa produtividade e, sobretudo, de justiça na comercialização dos produtos. Não é, infelizmente, o que está acontecendo nesse setor. Até há alguns poucos anos, havia uma grande produtora de suco de laranja, na realidade uma cooperativa de produtores, chamada Frutesp, que conseguia equilibrar o mercado, colocando um anteparo, um biombo contra a atuação invasiva das grandes produtoras multinacionais que vieram dominar o citrusbusiness paulista. Infelizmente, a Frutesp, alvo, inclusive, de políticas de dumping, de políticas de pressão que a desestabilizaram, foi adquirida pelos grupos multinacionais e agora encontramos-nos frente a esse lamentável abuso praticado na comercialização desse importante produto agrícola, num setor que é, inclusive, responsável por volumes significativos de reservas cambiais, hoje ameaçado por práticas de cartelização, de oligopolização, de dumping de mercado, enfim, todas as práticas que no mercado competitivo não podemos admitir.

É por isso, Sr. Presidente, que esperamos que o Cade, que já vem se envolvendo em processos da maior visibilidade, como o caso da AmBev, não se restrinja apenas às grandes estrelas do nosso mercado, como o setor de cerveja, mas, também, se debruce sobre as angústias e dificuldades por que estão passando hoje os produtores de laranja.

Não podemos admitir a continuidade dessa situação. Por isso, esperamos que a Secretaria de Defesa Econômica, ao abrir esse processo administrativo para apuração de práticas de cartelização, imponha condições justas de comercialização desse produto. É o que esperamos desse órgão fundamental para que se preserve a competição em nosso País.

Liberdade de mercado, sim, mas com concorrentes, com competidores; liberdade não para asfixiar, esmagar o produtor e sim para uma boa comercialização da safra, para o crescimento de um setor tão importante da agricultura brasileira.

### 3. Análise da Política Econômica

*(Proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em 31-3-00)*

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, um dos fatos mais tristes noticiados hoje na imprensa brasileira é o balanço do Banco Central, que mostra o prejuízo de 13 bilhões de reais no ano de 1999, num momento em que o País inteiro debate questões tão prementes como onde levantar recursos para aumentar o valor do salário mínimo.

Acabamos de ter a oportunidade de ouvir aqui pronunciamento, como sempre, brilhante, engajado, sincero, do Deputado Paulo Paim na defesa do valor do salário mínimo, quando se discute um tema que afeta a vida de milhões de brasileiros, principalmente aqueles mais necessitados, aqueles que mais precisam da ajuda do Poder Público, sempre se alega falta de recursos.

Com uma visão contábil do processo político e econômico, com uma visão pequena e restrita a apenas um ângulo da fixação do salário mínimo, alega-se que a Previdência Social não resistiria a um aumento superior ao proposto, de 136 para 151 reais, ou seja, um aumento de 15 reais.

Alega-se que o próprio setor produtivo não teria condições de pagar um salário majorado, uma vez que isso poderia contaminar toda a escala salarial.

Alega-se que isso faria o Brasil perder competitividade nos mercados externos, que não teríamos condições de concorrer com os nossos competidores nos mercados internacionais, caso o custo da mão-de-obra brasileira seja excessivamente elevado.

Neste momento em que esta visão é colocada como predominante, que encerra ou encerraria, de uma vez por todas, a discussão sobre qualquer elevação real do salário mínimo, defrontamo-nos com esta notícia: o Banco Central acumulou um prejuízo de 13 bilhões de reais em 1999.

Quem pagará por esse prejuízo? É a pergunta que todos fazemos. A resposta é evidente: o Tesouro vai cobrir. O Tesouro vai fazer com que o Banco Central tenha de ser capitalizado. Novos títulos serão emitidos e a dívida pública será aumentada para cobrir este rombo.

O curioso é que, enquanto se alega que não é possível se elevar o salário mínimo por não haver previsão orçamentária, gera-se um rombo de 13 bilhões, que, ao que me consta, também não estava em qualquer previsão orçamentária do Governo. No entanto, todos DÓS, por meio de impostos. por meio de compressão de outras despesas do Governo, estaremos arcando com o custo destes 13 bilhões de reais, enquanto se o salário mínimo chegasse a 100 dólares - 170, 180 reais - o custo para a sociedade poderia variar entre 3 e 8 bilhões de reais.

Vejam, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Deputados, como o quadro é revelador de uma visão da política econômica brasileira, que só tem trazido prejuízos ao nosso País.

Os formuladores da política econômica, no Brasil, hoje, têm uma visão sobretudo financeira do processo econômico. Não é uma visão produtivista, que tenha ou que leve em consideração a capacidade de produção, de gerar empregos, bens e serviços necessários ao bem-estar da população. Não. É uma visão estritamente financeira, orientada para o atendimento dos interesses da comunidade financeira internacional.

É evidente que, atrelada a esta visão, existem também alguns princípios que, teoricamente, reverteriam em benefício da própria economia brasileira. Alega-se, por exemplo, a necessidade do ingresso de recursos externos.

Alega-se a necessidade de fechar a balança de pagamentos, que se encontra deficitária, e que, para isso, a comunidade financeira internacional precisa acreditar na solvência das nossas contas, que o Brasil tem condições de honrar os seus compromissos externos, daí a necessidade desta política, que tem como único objetivo sinalizar à comunidade financeira internacional, e aos nossos credores, nossa capacidade de pagamento.

O que se esquece, no entanto, é que, ao privilegiar esta concepção de política econômica, está-se deixando de produzir, de gerar empregos. Gera-se uma massa de excluídos do mercado que, provavelmente, supera 500/0 da nossa população. Temos uma economia da qual participam 50 ou 60 milhões de pessoas tão-somente. Os excluídos, sem nenhuma condição de participar desse mercado, são completamente deixados de lado em função dessa visão exclusivista, essa visão fechada, essa visão que não atende aos anseios da população brasileira.

E eu posso falar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sou um liberal, acredito na globalização, acho que todo país no mundo moderno precisa integrar-se na economia mundial, buscar os seus nichos de competitividade, criar condições para participar do enriquecimento mundial que ocorre a partir da integração dessas economias, a partir da era da informática, a partir das revoluções tecnológicas que estão permitindo um enorme impulso à atividade econômica mundial.

---

Marcos Cintra

Internet: [www.marcoscindra.org](http://www.marcoscindra.org)

E-mail: [mcindra@marcoscindra.org](mailto:mcindra@marcoscindra.org)

Não podemos nos esquecer, contudo, de que esta mesma globalização tem sido extremamente perversa e cruel para com o Brasil. Não devemos nos olvidar de que, participar do mecanismo global de integração das economias mundiais tem que ter como primeiro objetivo a defesa dos interesses nacionais. Não devemos participar por participar, isto é, estar presentes apenas para dizer que estamos participando de uma economia globalizada, para sermos adulados nos fóruns internacionais financeiros e ignorar os resultados funestos que estão acarretando para nossa população.

Esta lógica financeira precisa ser urgentemente repensada pelos formuladores de política econômica no Brasil. A nossa dívida que, em 1994, era de tão-somente 80 bilhões de reais, hoje, supera a marca de 500 bilhões de reais. Uma taxa de juros extremamente elevada, supostamente necessária para garantir o ingresso desses recursos externos, fez com que a dívida pública se multiplicasse, gerando problemas dos mais severos para a União, para todos os estados e para os municípios.

Eu mesmo, na Cidade de São Paulo, vejo que a dívida supera 16 bilhões de reais, o que nos dá a certeza de ser praticamente impagável, nos termos em que está sendo atualmente renegociada.

E onde está a origem de todos esses desacertos? Nesta visão, nesta concepção, nesta lógica financeira que vem presidindo a formulação da política econômica brasileira.

Mas não podemos nos esquecer, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, que o Governo deve portar como um galardão, como uma das grandes conquistas a se creditar perante a população brasileira, o controle e o combate da inflação. Toda a Nação participou desse processo. Não podemos, em momento algum, comprometer o combate à inflação, não podemos comprometer os resultados obtidos ao longo desses últimos cinco anos de vigência do Plano Real com políticas irresponsáveis. Mas o que nos parece é que não se pode também submeter todas as demais metas de política econômica ao combate à inflação, até porque os resultados são positivos e todos os indicadores já dão mostras de que pelo menos no combate à inflação, neste front de preços, de estabilidade de preços, os resultados são satisfatórios. Não existe nenhuma ameaça séria, não existe nenhum dado, nenhum indicador que mostre a possibilidade de uma reinflação ou do retomo de uma crise inflacionária.

É hora, portanto, Sr. Presidente, de começarmos a pensar em como reativar a economia brasileira. E aí volto mais uma vez à questão do salário mínimo. É necessária a produção de mercado interno, de demanda agregada. De nada vale termos um mercado espremido hoje pelos baixos salários, pelo baixo poder aquisitivo, de nada vale termos um parque industrial instalado, se não formos capazes de ativar a demanda agregada.

E um dos mecanismos mais eficientes para se ativar essa demanda agregada é o instrumento do salário mínimo. Não que ele, por si só, seja capaz de estabelecer os níveis médios de salário de uma economia de mercado como a nossa. Isso não acontece. O salário mínimo é apenas o indicador, até mesmo superado por quase todo o setor produtivo formal da economia brasileira. Mas o indicador do salário mínimo é importante como o patamar mínimo de transferência de renda, efetuado através da Previdência Social brasileira. É por aí que precisamos entender a importância do salário mínimo, como um mecanismo de reativação da economia, um grande programa de garantia de renda mínima e de transferência de renda. Não podemos e não devemos nos subjugarmos à lógica financeira.

Sr. Presidente, precisamos nos inserir nesta economia globalizada com autonomia e consciência de tudo aquilo que precisamos fazer para a nossa população. Não podemos nos submeter a discursos vazios, que dizem que o mercado regula tudo. Sou um liberal, repito. E, muitas vezes, para um liberal como eu, consciente de suas responsabilidades sociais, é preciso uma legislação supletiva, sim. Muitas vezes a liberdade oprime; muitas vezes a lei liberta.

E é nessas horas que um liberal, consciente das suas responsabilidades sociais, preconiza um salário mínimo mais digno, um salário mínimo capaz de reativar a atividade econômica no Brasil.

Concedo aparte, com muito prazer, ao Deputado Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim - Deputado Marcos Cintra, não resisti, embora já tenha falado no Grande Expediente, a não fazer um aparte ao seu pronunciamento. Dizia V. Ex.!, há um minuto, que é um liberal. Eu me considero um homem de esquerda e respeito a condição ideológica de cada cidadão, de cada partido. Veja bem que o nosso discurso é praticamente o mesmo. Só que V. Ex! fala de forma bem mais refinada, com muito mais técnica, já que é um estudioso do mundo dos números, e dá sustentação a essa luta que este, eu diria, peão, que este operário metalúrgico leva dentro desta Casa junto com tantos outros parlamentares. E V. Ex!, com certeza absoluta, com o brilhantismo e a clareza do seu pronunciamento ajuda-nos e muito. O Paulo Paim falar é comum, mas é diferente quando o Deputado Marcos Cintra, um estudioso, um economista, que conhece com profundidade essa problemática, também expõe o seu ponto de vista. O salário mínimo não é uma questão revolucionária nem prega a luta entre capital e trabalho, é apenas uma questão social. Encerro dizendo que esse processo me remete ao tempo da origem da libertação, em tese pelo menos, do meu povo, da comunidade negra, que foi a Abolição da Escravatura. Também naquela época foram os liberais que se somaram a outros tantos que tinham essa vontade de que houvesse de fato a liberdade e o fim da escravidão. Os conservadores e a extrema direita entendiam que a manutenção do status quo do modelo econômico se dava oprimindo a comunidade negra. Mas foi a somatória, naquele momento, dos liberais com pessoas de uma visão progressista da esquerda que apontou para o fim da escravidão.

---

Marcos Cintra

Internet: [www.marcoscindra.org](http://www.marcoscindra.org)

E-mail: [mcindra@marcoscindra.org](mailto:mcindra@marcoscindra.org)

Espero que consigamos também, somando-nos neste momento, mais uma vez, repetindo a história e esses pensamentos, libertar da escravidão milhares de cidadãos brasileiros brancos, negros, mulatos, índios e mestiços que vivem sob os grilhões do salário mínimo. Tomara que os espíritos de José do Patrocínio e de Zumbi venham sobre esta Casa, a fim de nos ajudar a que esta luta, não minha nem sua, mas de todos os homens de bem, seja vitoriosa neste Parlamento. Parabéns a v: Ex!.

O SR. MARCOS CINTRA - Agradeço muito ao Deputado Paulo Paim o aparte. É evidente que não posso concordar com os elogios que me faz, até porque o brilhantismo com que V. Ex<sup>a</sup> vem defendendo a questão do salário mínimo, a bravura, a sinceridade de suas palavras, ofuscam qualquer tentativa de dar uma conotação técnica a esta questão.

Trata-se, sem dúvida alguma, de um ponto, Deputado Paulo Paim, que não pode ser tratado única e exclusivamente com essa visão contábil, com essa visão técnica, com essa visão de numerologia com que o Governo vem tratando o problema. Da mesma forma como não pode ser tratada dessa forma por parte daqueles que defendem a manutenção de um salário mínimo deprimido, também não é possível defender-se uma renovação, um aumento, uma valorização do salário meramente com recurso a esses números frios, com as estatísticas. Acho que é preciso haver uma compreensão mais ampla, mais abrangente do processo econômico. E isso vem com o pensamento político, com o pensamento sociológico, e não apenas com o pensamento econômico. É isso que está faltando, é essa sensibilidade que falta hoje aos formuladores de política econômica no nosso País.

Eu dizia, Sr. Presidente, que tudo isso que estamos vivendo hoje, em última análise, liga-se a essa visão de uma economia globalizada, aonde todos os valores, todos os princípios e todas as metas têm de estar subjugadas à lógica financeira do processo de internacionalização da economia mundial.

O que nos esquecemos, contudo, Sr. Presidente, é que muitas vezes aqueles mesmos que nos vêm dar lições sobre como uma economia deve se portar no conjunto das economias globalizadas, esses mesmos porta-vozes do liberalismo mundial da economia de livre mercado, que eu defendo, esquecem-se de que o seu próprio comportamento não condiz com as suas próprias lições.

Aqueles que defendem a abertura de mercado são os que mais protegem os seus mercados estratégicos. Eles não estão errados. A economia tem de ser aberta, tem de ser globalizada, mas todas essas metas têm de estar submetidas aos objetivos nacionais de cada país. Como podemos, portanto, defender a abertura irrestrita de mercado quando o nosso setor agrícola tem como concorrentes a economia norte-americana e a economia européia, que subsidiam os seus setores agrícolas, concorrendo de maneira predatória com os nossos próprios produtos; quando as nossas exportações de produtos têxteis, siderúrgicos, de suco de laranja são submetidas a cotas, a sobretaxas alfandegárias altamente protecionistas.

---

Marcos Cintra  
Internet: [www.marcoscindra.org](http://www.marcoscindra.org)  
E-mail: [mcindra@marcoscindra.org](mailto:mcindra@marcoscindra.org)

Então, vejam, não há compatibilidade entre o discurso e a prática daqueles que querem impor ao nosso País uma visão de política econômica que não condiz com as nossas necessidades.

É por isso, Sr. Presidente, que precisamos questionar, mais uma vez, a nossa política econômica e a forma como ela vem sendo conduzida. Ninguém questionou o Ministro da Fazenda. O presidente do Banco Central se havia previsão orçamentária, ou não, para os quase 30 bilhões de reais que foram canalizados ao Proer e que, segundo o próprio Banco Central nos informa, estão na origem desse prejuízo de 13 bilhões de reais do Banco Central.

Ninguém questiona as autoridades econômicas acerca da temerária valorização do real, acerca da política cambial que foi adotada no País e que levou a uma brutal elevação na taxa de juros e à acumulação desta dívida. Cumpre lembrar que os juros foram deixados de lado na Lei de Responsabilidade Fiscal, que impôs freios e limites a todo tipo de gastos, porém, não com o pagamento de juros. Por quê? Esta lógica financeira, mais uma vez, preside a todas as decisões de política econômica.

Repito, Sr. Presidente, que sou um liberal, defendo os mercados livres, defendo a abertura da economia, mas precisamos ter uma consciência maior dos nossos próprios interesses. Precisamos fazer com que a globalização e a abertura de mercados atendam aos nossos intuitos em primeiro lugar e que nem sempre esses interesses são compatíveis com os interesses dos nossos parceiros internacionais.

A grande contribuição que o economista David Ricardo(?) trouxe à economia mundial, foi a demonstração de que, através da busca das vantagens comparativas entre países, existem condições para que o comércio internacional enriqueça todos os parceiros.

Agora, não se pode usar essa mesma doutrina e essas mesmas idéias simplesmente para fazer com que o País se submeta à vontade e aos interesses de outros. E é o que estamos vivendo hoje. Não podemos mais aceitar.

Não podemos mais aceitar uma taxa de juros que faz com que a nossa dívida se acumule a cada minuto que passa, tornando-se impagável e, sobretudo, exigindo da população brasileira um esforço, por meio de cobrança de impostos e taxas, que apenas a empobrece e restringe o nosso mercado interno.

Estamos, sem dúvida alguma, atraindo capitais externos com a taxa de juros alta. Agora, pergunto: esse capital está vindo para aumentar a capacidade produtiva do País? Acredito que não. Pelo contrário. Estamos observando única e exclusivamente um enorme ingresso de capital com interesses patrimoniais. Estão vindo para comprar empresas, capitais, bancos, equipamentos, fábricas que já estavam imobilizadas, pertenciam a brasileiros e agora passam a pertencer a capitais internacionais. Não houve nenhuma contribuição para o aumento da capacidade produtiva, ou pelo menos pouca contribuição relativamente a essas transferências que são apenas patrimoniais.

Pergunto: será que a manutenção das taxas de juros, nos patamares em que se encontram, permitindo a atração de capitais, está atendendo ao interesse nacional? Não. Se formos a fundo na questão estamos apenas desnacionalizando a economia, que não é ruim necessariamente apenas pelo processo de desnacionalização, mas sim porque não está efetivamente contribuindo para a elevação da capacidade produtiva do nosso País. Não se está gerando um potencial maior de produção. Está-se apenas transferindo o controle patrimonial.

Isso terá conseqüências a médio e longo prazos por intermédio de remessas de lucros, por intermédio de transferência de juros, por intermédio de preços de transferência, que em uma economia globalizada se transformam, a cada momento, em um dos problemas mais difíceis de serem tratados do ponto de vista tributário.

Motivado por esta notícia que os jornais estamparam hoje, "Balanço do Banco Central mostra prejuízo de 13 bilhões"... vemos que não se trata apenas de um prejuízo gerado por um banco que não obteve sucesso nas suas transações financeiras. Isso é o resultado de uma visão de política econômica que precisa ser questionada por todos. A esquerda já vem fazendo uma crítica, mas ela precisa sofrer também a mesma crítica pelos liberais, por aqueles que vêem a sua própria doutrina sendo utilizada para justificar aquilo que hoje nós, autênticos liberais, criticamos.

É isto que está em jogo: uma rediscussão da política econômica e de tudo aquilo que tem feito com que o nosso País empobreça, com que a margem de excluídos se amplie e que tem levado o brasileiro a ser um povo triste, que perdeu o orgulho de dizer que pertence a um país em desenvolvimento, a um país que tem uma perspectiva positiva no futuro.

Na essência de todo esse fenômeno, está essa visão que precisa ser urgentemente questionada pela sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (palmas.)

#### **4. Pela ética nas ações públicas**

*(Proferido no Plenário da Câmara dos Deputados; em 3-4-00)*

É convicção partilhada por muitos que aguda crise de caráter grassa em nosso País. São tantos e por demais acintosos os atentados contra o moral da Nação que se diria que a honestidade transmuta-se em exceção, quando deveria ser regra. Todos, ainda que intuitivamente, parecem pressentir que nosso futuro está seriamente comprometido, a perdurar esse estado de coisas.

O alvo norteador passou a ser o êxito a qualquer preço. Não importa que meios utilizar para galgar os degraus do poder e da riqueza. Impende avançar, progredir, ainda que por sobre as virtudes que edificaram a grandeza de nossa civilização. Veja-se o exemplo dos "novos-ricos": não se questiona o como alcançaram fortuna. Isso é secundário. A notoriedade adquirida é o passaporte que lhes franqueia o acesso a todos os círculos.

O dinheiro, ao assumir valor capital, passa a dirigir o destino das pessoas quando, na verdade, deveriam ser mantidas as devidas proporções: a moeda é mero instrumento propiciador de prazer, de bem-estar.

Ao par - e em decorrência - dessa infame supervalorização, a corrupção transformou-se em fenômeno avassalador de qualquer entidade, seja pública ou privada. Registre-se que tal prática não constitui nenhuma novidade, porém, quer-nos parecer que hoje apresenta-se em grau mais explícito e generalizado. Afinal, a globalização da economia, do início dos anos oitenta até mil novecentos e noventa e cinco, elevou o investimento internacional direto de cinquenta para trezentos e dezoito bilhões de dólares anuais. O investimento em títulos estrangeiros pulou de um para quarenta e oito bilhões de dólares em mil novecentos e noventa e três.

Assim é que denúncias de grandes escândalos financeiros não rendem mais do que bombásticas e efêmeras manchetes nos meios de comunicação de massa, em seguida substituídas por notícias mais graves e mais aterradoras. Para o Banco Mundial, a corrupção passa a ser uma questão de política pública, uma vez que deixa de ser fato restrito a indivíduos ou grupos para envolver segmentos importantes de uma organização.

Partindo de entrevistas com empresários, a organização não-governamental Transparência Internacional recentemente divulgou o ranking da corrupção, em que o primeiro lugar pertence à nação menos atingida pela mazela. Embora em posição melhor do que nas avaliações anteriores, o Brasil ocupa a constrangedora quadragésima sexta posição, entre oitenta e cinco países. Nossa tradição estatizante e centralizadora favoreceu a proliferação da corrupção, pois a natureza gigante do Estado toma ineficaz a necessária ação fiscalizadora.

O resultado, Senhoras e Senhores Deputados, materializa-se em um desperdício de cinco a dez por cento do Produto Interno Bruto (PIB). Ainda assim, tal gasto improdutivo - de quatro a oito bilhões de dólares - consegue ficar aquém do impacto social negativo que a corrupção causa: redução da eficiência na economia, debilidade do sistema político, estímulo ao crime organizado, aumento dos custos de capital em decorrência da baixa do retorno dos investimentos.

Ao nosso ver, vários fatores estimulam a prática da corrupção. Em primeiro lugar, o Poder Público aloca os escassos recursos disponíveis segundo critérios discricionários, atitude fortalecedora de ações clientelistas. Em segundo lugar, servidores públicos se escudam na nefanda prática como compensação pelos baixos salários percebidos. É, por exemplo, o caso dos fiscais municipais que complementam a renda mensal.

Por sua vez, há empresários que se justificam pela busca da redução dos custos. Na verdade, a sonegação de impostos aí subentendida traduz-se na fuga de regras consideradas injustas. Enquanto, nos países ricos, a ordem legal pode sofrer mudanças para diminuir o peso dos tributos, aqui se opta pelo caminho mais curto, ou seja, deturpar-se a lei.

Contratos, concessões e programas de privatização também são alvos fáceis para a corrupção. A formação de lobbies em todos os níveis torna nebuloso o clima que envolve a assinatura desses instrumentos.

É mister ainda, nobres colegas, discorrer sobre a corrupção no meio político. As campanhas milionárias financiadas por grandes empresas ou por associações destas ensejam, no mínimo, sentimento de desconforto em relação aos interesses que serão defendidos pelos detentores de um mandato eletivo. É sabido que a corrupção de políticos compra influência e a empreendida por políticos compra votos. Altamente preocupante é a demora na regulamentação do financiamento público de campanhas político-eleitorais, pois, sabidamente, atrás de cada ato de corrupção encontra-se o interesse de financiadores de campanhas eleitorais.

Por último, mas não menos importante, deparamo-nos com a corrupção no meio judicial. A incerteza e a insegurança institucional enfraquecem o poder que a justiça tem de redistribuir renda, minando, cada vez mais, o ideário de igualdade social.

Em suma, temos que o índice de corrupção está em relação inversamente proporcional ao nível de investimentos e de crescimento econômico de um país. Quanto maior a sua amplitude e a sua incidência, maiores os prejuízos para a Nação, especialmente no que tange aos indicadores sociais. Mas, se é que nos serve de algum consolo, não se trata de fenômeno exclusivamente nosso.

A corrupção atinge dimensões globais e os prejuízos daí decorrentes colocaram em polvorosa a comunidade internacional: Esforço conjunto está sendo empreendido para frear seus funestos resultados.

O Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) lideram a luta. Organizações não-governamentais como a Transparência Internacional também têm prestado grande ajuda no combate à corrupção, que pode propagar a instabilidade em todo o mundo. A crise asiática foi eficaz termômetro para avaliar os graves efeitos da política de vistas grossas para com as práticas corruptoras.

Nesse esteio, no ano passado, entrou em vigor a Convenção de Luta contra a Corrupção em Transações Comerciais Internacionais, firmada sob os auspícios da OCDE pelos vinte e nove países-membros e mais outros cinco estados. A meta principal é que os signatários se comprometam a adotar legislação que tome infração penal o ato intencional de oferecer, prometer ou propiciar vantagem, pecuniária ou não, a um agente estrangeiro. Agora, qualquer empresário ou executivo dos países integrantes da OCDE que oferecer propina quando estiver negociando com o setor público, notadamente em países pobres, está sujeito a pena de até dez anos de cadeia, além de duzentos mil dólares de multa.

O texto da Convenção, ainda que com lacunas - pune o corruptor mas não o corrupto, não contém medidas contra os paraísos fiscais e as empresas de fachada -, prevê penas elevadas, um sistema de equivalência entre as sanções a serem aplicadas pelos países da OCDE e cria mecanismo de supervisão.

De acordo com Rainer Geiger, diretor-adjunto da entidade para questões financeiras, fiscais e industriais, "esse progresso" - a assinatura da Convenção - jamais seria possível sem a pressão da sociedade civil, que não agüenta mais a corrupção".

Mamatas, negociatas, propinas, presentes. Pouco importa a nomenclatura. Coreia do Sul, Japão, Rússia, Itália, Argentina, Paquistão, Brasil, entre muitas outras nações, foram vítimas de acordos sigilosos propiciadores de ganhos escusos, que vieram a público causando grande escândalo.

Na verdade, Senhoras e Senhores Deputados, os países pobres são os mais prejudicados pelo desperdício de recursos. O Banco Mundial e o FMI, em franca tentativa de mostrar o nível de mobilização internacional, têm cancelado repasse de verbas para destinos que efetuem aplicações duvidosas.

Trazendo novamente o foco de observação para o que ocorre dentro de nossas fronteiras, salta-nos aos olhos a celeuma que se instalou no Município de São Paulo após as recentes denúncias da existência de corrupção na prefeitura da cidade. O suposto esquema de corrupção estaria sendo praticado mediante a cobrança de "caixinha" de comerciantes, ambulantes, empreiteiros, fornecedores, concessionários e até moradores. As mais ridículas infrações ensejavam multas, prontamente esquecidas após pagamento de propina.

Desde que o esquema foi denunciado, vinte e uma pessoas foram presas e mais de cinquenta funcionários, afastados de seus postos.

Em meio a tudo isso, a participação da comunidade mostra-se fundamental para frear a corrupção que impera nesses órgãos municipais, e, ampliando o espectro, é solução acertada para o controle de ocorrências similares nas demais esferas da administração pública.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, vislumbramos como etapas a serem cumpridas em efetivo processo de combate à corrupção, primeiramente, a redução do poder discricionário do Governo. Adotem-se regras transparentes, distribuam-se responsabilidades, reduza-se o tamanho do Estado, estimulando a competição saudável e positiva. É mister, ainda, dar credibilidade à aplicação de lei anticorrupção, como também valorizar o servidor público - dar-lhe salário e carreira dignos. Urge reafirmar a responsabilidade do Governo perante a população mediante a divulgação da legislação, ou até mesmo da instituição de serviços como os de ombudsman e os de ligação gratuita (0800). Igualmente importante é a imediata proibição de financiamento de campanhas eleitorais por meio de doações de empresas, bem como a limitação rigorosa de gastos por parte dos candidatos.

Concluindo, a corrupção, na verdade, é apenas um dos sinais de mau funcionamento institucional. Outras demonstrações de como as coisas não andam bem são as invasões patrocinadas pelo Movimento dos Sem Terra (MST), as invasões urbanas, periódicos quebra-quebras de trens e supermercados nas metrópoles. Entretanto, essa constatação não invalida a flagrante necessidade de extirpar o câncer que corrói o caráter do indivíduo e, por extensão, o de sua pátria. Felizmente, assistimos, pela primeira vez, a mobilização em nível mundial em tomo do combate à corrupção.

Precisamos envolver a sociedade civil nessa hercúlea batalha. Tem-se mostrado inócuo apenas apontar as faltas nos altos escalões e culpar as autoridades pela inércia em punir tal comportamento. Queremos crer que o exercício de fiscalização e controle perto de nós - em associações, clubes, escolas, postos de saúde - redundará em conhecimento positivo a ser aplicado em qualquer nível de poder.

Por tudo isso, faremos da tribuna desta Câmara dos Deputados sagrado lugar de registro dos graves problemas nacionais, apresentando argumentos, propostas, soluções que, ao nosso ver, irão ao encontro dos anseios da população que muito nos honrou com seu voto. Sei que esse é um sentimento partilhado por todos os meus nobres colegas.

## 5. Homenagem ao Dia Internacional do Trabalho

*(Proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em 2-5-00)*

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de mais nada, quero também trazer aqui o meu voto de louvor ao trabalho incansável, persistente, tenaz, sincero do nobre Deputado Paulo Paim, que há anos vem defendendo a valorização do salário mínimo em nosso País.

Vossa Excelência sem dúvida alguma, nobre Deputado Paulo Paim, dá ao País uma contribuição fundamental em termos da qualidade de vida da população, da obtenção de um mínimo de justiça e equidade. V. Ex! compreende o papel do salário mínimo como uma variável econômica fundamental para que possamos retomar o crescimento econômico.

Sr. Presidente, ouvi várias vezes referências ao termo "liberal" e ao neoliberalismo. Como representante de um partido que tem em seu nome esse vocábulo Partido Liberal, sinto-me na obrigação de fazer uma distinção fundamental entre o liberalismo autêntico, que o meu partido defende, e o pseudoliberalismo que vem sendo praticado por esse Governo.

O liberalismo é uma doutrina respeitável que trouxe contribuições importantes à doutrina política, às economias e às liberdades individuais no mundo inteiro ao longo dos últimos 200 anos. O liberalismo autêntico é aquele que defende a liberdade do indivíduo. O liberalismo autêntico é aquele que coloca em primeiro plano o ser humano, o homem, como objeto, como meta e como objetivo fundamental de toda a política econômica. Não defendemos este pseudoliberalismo, que muitos inSistem em chamar de neoliberalismo e que em momento nenhum preserva os valores que o autêntico liberalismo defende.

Portanto, Sr. Presidente, é importante que façamos essa distinção. Nós, os autênticos liberais, não podemos contestar essa política que vem sendo praticada e acusamos, sim, de ser a mais antiliberal de todas. Liberal é a política que preserva o salário mínimo. Liberal é a política que dá liberdade ao indivíduo, lhe dá condições de fazer com que tenha um mínimo em termos de poder usufruir o que a sociedade produz. Isso é o autêntico liberalismo.

Afinal de contas, pergunto-me: como é possível se garantir a liberdade do indivíduo se ele não tem uma boa educação, uma boa saúde e se ele não tem condições de exercer a sua vontade no mercado? Que liberdade é esta? Que liberdade é esta que faz com que os indivíduos vivam na mais absoluta pobreza, na miséria, mendigando recursos, mendigando, muitas vezes, coisas que são do seu mais absoluto e total direito, como indivíduos de uma nação livre e democrática como a nossa?

No dia em comemora o Dia Internacional do Trabalho é importante que façamos a proclamação desses objetivos e dessas metas de valorização do trabalho, do qual o salário é uma faceta importante: É preciso que o Governo compreenda que através da valorização do salário se está não só atendendo os direitos mais mezinhas de todos os indivíduos, mas também garantindo condições de progresso econômico, condições de se ter um mercado interno pujante, um mercado capaz de atrair investimentos, gerar emprego e renda.

Infelizmente, a lógica antiliberal que este Governo pratica é a contradição disso tudo. É a lógica financeira e não a lógica produtivista. É a lógica que faz com que a economia brasileira se apresente à comunidade financeira internacional como sendo aquela capaz de pagar um dos juros mais altos de todo o planeta. Esta é a âncora da nossa política econômica errada, equivocada. O que precisamos apresentar perante a comunidade financeira internacional, como âncora do nosso desenvolvimento, é o nosso mercado interno. Um mercado interno onde as pessoas tenham capacidade de comprar, de participar, onde o emprego seja valorizado, a geração de renda seja regra e não exceção como está ocorrendo hoje. Esta é a lógica liberal que nós do Partido Liberal defendemos.

Temos hoje, no nosso País, um PIB onde 70% correspondem, segundo o IGE, a rendimentos de capital e apenas 30% como rendimento de trabalho. Essa é a situação que vivemos hoje, ao passo que em todos os países de primeiro mundo, países ricos, ocorre exatamente o inverso, ou seja, 70% do PIB se compõe de rendimentos do trabalho e 30% de rendimentos de capital. Aqui a coisa está virada de cabeça para baixo. É uma política essencialmente antiliberal.

O que precisamos, repito, é mudar essa lógica, fazer com que a lógica da política econômica seja voltada para o indivíduo, para sua liberdade, dando-lhe condições de educação, saúde, lazer, cultura e trabalho. Isto, sim, é uma autêntica política liberal que, infelizmente, não está sendo praticada em nosso País.

Concedo, com muito prazer, o aparte ao nobre Deputado Dr. Evilásio.

O Sr. Dr. Evilásio - Nobre Deputado, companheiro, Prof. Marcos Cintra, quero cumprimentá-lo pelo profundo pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. A preocupação maior do brasileiro, hoje, realmente é o desemprego. Isso todas as pesquisas evidenciam. E, mais do que isso, a falta de perspectiva de um novo emprego. Hoje, o brasileiro que perde o seu trabalho leva em média 50 meses para conseguir o seu segundo emprego.

E sabemos que o grande alavancador de emprego neste País poderiam ser as médias, pequenas e microempresas, que não se elencam nos critérios do BNDES, que realmente deveria ser o grande fomentador, o grande incentivador, o grande investidor desse grande celeiro que seriam essas pequenas empresas que verdadeiramente são as que mais empregam. Na Itália, por exemplo, 600/0 dos produtos exportados são produzidos por pequenas empresas. Nos Estados Unidos, 50% dos produtos exportados são produzidos por pequenas empresas. No Brasil isso corresponde a apenas 2%. E esse é o grande celeiro. Então, como disse V. Ex!, este País está fora da rota, está desgovernado, com uma política econômica que não tem compromisso com este País. Cumprimento V. Exª pelo brilhante pronunciamento.

O SR MARCOS CINTRA - Deputado Dr. Evilásio, agradeço a V. Exª pelo comentário, que certamente enriquece o meu pronunciamento - pronunciamento que nos reúne para comemorar o Dia Internacional do Trabalho.

Mas, Sr. Presidente, não é apenas por meio do salário que se valoriza o trabalho. O trabalho tem de ser valorizado sobre todos os aspectos. Repito: sobre o aspecto educacional, de saúde, das pessoas que detêm essa condição de trabalho. E verificamos que o nosso País, realmente, tem todas as variáveis que demonstrariam que o Governo não valoriza o trabalho.

Referi-me à composição do pm. Gostaria agora de mostrar que esse Governo não valoriza o trabalho por intermédio de uma variável à qual tenho me dedicado bastante, que é a análise da tributação.

Sabemos que a sonegação, hoje, no Brasil, poderia ser considerada quase que um esporte nacional. Agora, de onde vem a sonegação? Vem, sobretudo, de rendimentos de capital, das grandes empresas organizadas que têm condições de ter assessoria e de fazer o seu chamado planejamento tributário. E na medida em que se perde a base tributária incidente sobre o capital, o Governo, ansioso por arrecadar, concentra toda a sua sanha arrecadatória em cima de uma variável incapaz de se defender, ou seja, o trabalho.

Esta é uma outra variável que nos chama a atenção. Que país no mundo faz com que um trabalhador leve para casa apenas a metade daquilo que ele custa para seu empregador? Poucos países no mundo têm essa relação tão perversa. Infelizmente, esta é a nossa realidade.

Hoje, para se gerar um emprego, o custo para o empregador é o dobro daquilo que efetivamente paga ao final do mês para o assalariado levar para sua casa para gastar com seu filho, com sua família, para o atendimento das suas necessidades. É mais uma distorção. É lógico que grande parte desse diferencial são conquistas trabalhistas, contra as quais não nos insurgimos. Mas uma boa parcela são tributos. Tributos que quase se transformam em confisco, na medida em que incidem sobre o fator trabalho com rigor muito maior do que incide sobre os rendimentos de capital.

É sabido, Sr. Presidente, há estudos que mostram que um assalariado brasileiro, com um nível de renda equivalente a um norte-americano, paga muito mais Imposto de Renda aqui no Brasil. do que o seu equivalente na economia norte-americana.

É mais uma distorção que nós observamos em nosso dia-a-dia, demonstrando que este Governo não valoriza o trabalho, não valoriza a pessoa, não valoriza o trabalhador e não pratica uma política econômica capaz de fazer com que a maior riqueza de qualquer nação - o homem - se transforme em um potencial de geração de renda, de emprego, de progresso, de felicidade, que é o que deveria estar acontecendo.

Sr. Presidente, por isso, ao comemorar o Dia Internacional do Trabalho, lamento que a política econômica brasileira vá em direção oposta, inversa a uma autêntica política liberal, ao liberalismo que eu defendo, ao liberalismo social que o meu partido defende e gostaria de ver praticado neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Marcos Cintra

Internet: [www.marcoscintra.org](http://www.marcoscintra.org)

E-mail: [mcintra@marcoscintra.org](mailto:mcintra@marcoscintra.org)

## **6. Destacando o papel do pequeno e médio empreendedor**

*(Proferido na Sessão Solene em homenagem às micro e pequenas empresas, em 17-10-00)*

Senhor Presidente, Deputado Gerson Gabrielli, uma das maiores e mais representativas lideranças das micro e pequenas empresas do nosso País; Senhores dirigentes do Sebrae; Senhores presidentes do Clube de Dirigentes Lojistas; Senhores e Senhoras presentes; empresários, convidados e Srs. Deputados, é sempre uma alegria muito grande podermos estar participando de um evento presidido, organizado, estimulado e inspirado pelo Deputado Gerson Gabrielli, que tem sido, nesta Casa, ao longo desses dois anos desta legislatura, um dos grandes baluartes na defesa das micro e pequenas empresas no Brasil.

Mas um momento como esse, onde nos encontramos para nos cumprimentar mutuamente por tudo aquilo que já vem sendo realizado e já foi conseguido em prol das micro e pequenas empresas, também é importante que transformemos esta oportunidade numa ocasião para fazer um levantamento do que ainda precisa ser feito.

Sem dúvida alguma, Deputado Gerson Gabrielli, V. Ex<sup>a</sup>. contribuiu pessoalmente, eficazmente e de maneira até decisiva, para algumas grandes realizações que, hoje, favorecem a atividade do micro e do pequeno empresário. Refiro-me ao Refis, ao Estatuto da Micro e da Pequena Empresa e aos trabalhos que resultaram na elaboração do Simples. Ainda que V. Ex<sup>a</sup>. não estivesse aqui no Congresso Nacional, mas fora dele, nos bastidores, organizando, mobilizando toda a sociedade brasileira para esse grande avanço tributário que foi o Simples, V. Ex<sup>a</sup>. foi um dos grandes parlamentares e é merecedor de todo nosso respeito no tocante à defesa da micro e da pequena empresa.

Mas é também importante que tenhamos consciência do que precisa ser feito ainda. Ouvi, nas palavras de abertura do Deputado Gerson Gabrielli, quando se referia à questão tributária, os grandes óbices que ainda impedem o micro e o pequeno empresários de conseguirem realizar tudo aquilo que têm potencial para conseguir em nosso País. De fato, na área tributária temos caminhado, quem sabe, com avanços e com alguns retrocessos. Temos, hoje, nesta Casa dois grandes desafios, para os quais

vamos precisar da colaboração não só dos parlamentares aqui presentes, mas, também, de toda a sociedade e, principalmente, das lideranças representativas do pequeno e microempresário. Dois temas já foram mencionados desta tribuna pelos parlamentares que me antecederam, mas é importante que renovemos sua lembrança, sobretudo para que possamos entender com mais clareza a importância dessas duas áreas que precisam avançar para melhorar a performance das pequenas e microempresas.

Em primeiro lugar, temos a questão do Simples. Vários parlamentares nesta Casa, da Comissão de Finanças e Tributação, da qual participo, vêm apresentando projetos no sentido de estender a abrangência do Simples a atividades hoje excluídas dos benefícios do sistema simplificado de tributação que o Simples estabeleceu no nosso País.

É preciso que combatamos a mentalidade fiscalista do Governo basicamente nas dificuldades que nós, Parlamentares, estamos enfrentando por parte do INSS, do Ministério da Previdência, que tem sido receptivo às nossas argumentações, mas que tem colocado, em primeiro lugar, a questão contábil da perda de arrecadação a curtíssimo prazo que a extensão do Simples a várias outras atividades poderia implicar.

Essa é uma visão que precisamos combater com muito afinco. Precisamos nos organizar para convencer toda a sociedade brasileira e, principalmente, a burocracia pública, encastelada em seus interesses fiscais, de que o Simples significou uma enorme expansão da base tributária neste País. O Simples não reduziu a base tributária, pelo contrário, trouxe para a formalidade milhões de trabalhadores, fez com que vários empresários que atuavam antes nas suas pequenas e microempresas, nos subterrâneos da economia tributária, hoje possam participar de licitações públicas, ter seus registros contábeis apropriadamente registrados e, com isso, ter uma participação mais digna no cenário econômico brasileiro.

O segundo desafio, importantíssimo, é a questão da desoneração da folha de pagamentos, área em que eu, o Deputado Gerson Gabrielli e vários outros, num movimento suprapartidário, temos nos batido com muito afinco, ainda mais agora que a reforma tributária mais ampla, um projeto mais abrangente, parece inviável a curto prazo.

Vamos avançar em algumas linhas, onde aparentemente exista consenso. E este é um dos pontos onde parece que há consenso de todos os partidos nesta Casa: a desoneração da folha de pagamentos.

O pequeno e o microempresário têm boa parte de suas atividades dedicadas à área de serviços, que sabidamente é uma das áreas mais absorvedoras de mão-de-obra. Se, por um lado, isso significa absorção desta massa de desempregados que hoje temos em nosso País, por outro, eles vêm esse trabalho cada vez mais dificultado pela carga tributária incidente sobre a folha de salários. Nenhum país no mundo tributa sua folha de salários, sua força de trabalho tanto quanto o Brasil. Nossa

carga tributária é superior a 30%, Sr. Presidente! Nenhum país do mundo tributa tanto. E, curiosamente, isto ocorre em um País em que a taxa de desemprego, principalmente nos grandes centros urbanos, aproxima-se de 20%, quase uma quinta parte da população está hoje desempregada.

Portanto, é um contra-senso que não conseguimos avançar mais celeremente na desoneração da folha de salários.

Destarte, fica aqui meu agradecimento pela possibilidade de participar desta sessão de homenagem ao que V. Ex<sup>a</sup>, Deputado Gerson Gabrielli - ouvi nas suas palavras iniciais -, chamou de heróis nacionais, e realmente o são. É difícil ser um pequeno empresário neste País. É difícil ser um empreendedor que inicia suas atividades com muita vontade e com boas idéias, mas muitas vezes não tem o capital necessário, apesar de ter vontade, bons projetos, garra, visão do que deva ser o futuro deste País. É muito difícil ser um microempresário.

Então, se estamos aqui homenageando todos os pequenos e microempresários neste País, fica aqui o meu desafio, a fim de nos darmos as mãos para concretizar estes dois sonhos, em primeiro lugar, a questão da expansão do Simples a outras atividades econômicas, em segundo lugar, a desoneração da folha de pagamento. Que fiquem indelevelmente marcados como um dos compromissos desta Casa nesta Legislatura, para podermos, de fato, avançar no aprimoramento e no fomento da atividade do pequeno e microempresário, tão importantes para o nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e parabéns a todos os senhores pelo dia que os homenageia. (palmas.)

---

Marcos Cintra  
Internet: [www.marcoscindra.org](http://www.marcoscindra.org)  
E-mail: [mcindra@marcoscintra.org](mailto:mcindra@marcoscintra.org)

## COLETÂNEA DE ARTIGOS

### 1. Imposto Social pode viabilizar a reforma tributária

*(Publicado no Jornal da Câmara dos Deputados. em 16-2-00)*

o projeto de reforma tributária aprovado na Comissão Especial com apenas um voto contrário, o meu, foi mal recebido pelo governo. Suas falhas eram gritantes, e para não interromper a reforma, foi criada a Comissão Tripartite, formada por representantes da União, dos Estados, e dos Deputados. Curiosamente, municípios e a Previdência não participam deste grupo, que deu continuidade aos estudos da reforma tributária.

O projeto em gestação na Comissão Tripartite tem méritos inquestionáveis, principalmente *no* tocante ao novo ICMS. Mas também possui dois problemas sérios. O primeiro, diz respeito a incorporação da base "serviços" ao novo ICMS e ao NA federal. Isto implicará significativa elevação da carga tributária *do* setor prestador de serviços (substituição *do* ISS por três tributos, o ICMS, o IVV e possivelmente pelo NA federal). O outro problema refere-se à percepção popular sobre a reforma. Para a maior parte dos cidadãos não haverá diferenças significativas em Seu relacionamento com o fisco. Para eles, a reforma será tecnocrática, difusa. quase imperceptível, e será incapaz de empolgá-los, como seria desejável.

Felizmente, surgiu a proposta de desonerar a folha de pagamentos das empresas mediante a eliminação das contribuições patronais ao INSS. O Presidente Germano Rigotto nomeou um grupo de parlamentares para discutir a proposta com o governo. Composto pelos deputados Fetter Júnior, Valfrido Mares Guia, Roberto Argenta, Alberto Mourão, e por mim, o grupo vem desenvolvendo a proposta, que poderá servir de importante catalizador de apoio popular para a reforma.

A proposta prevê a substituição das contribuições patronais ao INSS pelo Imposto Social, incidente sobre transações financeiras com alíquota de 0,5%, capaz de gerar volumes equivalentes aos recursos arrecadados pelo INSS incidentes sobre a folha de pagamentos (cerca de R\$ 28 bilhões).

Desonerar a folha de salários mediante a eliminação da contribuição patronal ao INSS (uma das mais altas do mundo) irá beneficiar todos os setores produtivos mediante significativa redução de custos tributários. Será também instrumento de correção da flagrante injustiça que se comete contra o setor prestador de serviços, caso sua carga tributária seja aumentada. Sabidamente, a folha de salários neste setor varia de 40% a 70% de seu faturamento. A contribuição patronal ao INSS de 200/0 a 22% sobre a folha equivale a encargos que variam de 8% a 15,4% sobre o faturamento dessas empresas. Com o Imposto Social, este encargo cairá para 0,5%.

A proposta para o Imposto Social prevê imunidade para transações nos mercados financeiros e de capitais, especialmente para as Bolsas de Valores. Haverá ainda a previsão de que transações acima de limites a serem definidos por lei, apenas teriam validade legal se transitarem pelo sistema bancário do país. Garante-se, dessa forma, que a base impositiva do Imposto Social não sofra corrosão.

A adoção do Imposto Social e a eliminação da contribuição patronal sobre a folha de salários proporcionará inúmeros benefícios, como o redução dos custos de produção, principalmente nos setores terceários, altamente intensivos em mão-de-obra; o estímulo à demanda por trabalho em razão da redução dos custos trabalhistas; o combate ao desemprego; o estímulo à formalização das relações trabalhistas; e o aumento da competitividade dos produtos brasileiros.

## 2. Crônica de uma reforma fracassada

*(Publicado pela Folha de S.Paulo, em 19-3-00)*

Mais uma vez a sociedade brasileira se frustra com o fracasso da reforma tributária. Divididos pelas profundas discordâncias entre a concepção burocrática, formal, e ultrapassada da proposta elaborada pela Comissão Especial de Reforma Tributária, e a proposta híbrida, pontual, e desestruturada do Ministério da Fazenda, os líderes dos partidos reunidos com o Presidente Michel Temer resolveram abortar o atual processo de discussão do assunto, e reiniciar o debate em época mais oportuna.

Venho prevendo há tempos que este seria o desfecho dos trabalhos. A característica ortodoxa de ambos os projetos já faziam antever os conflitos que surgiram. A sociedade brasileira busca caminhos mais inovadores e mais condizentes com as características globalizantes e tecnologicamente sofisticadas da economia moderna. Não há como fazer uma reforma tributária calcada em tributos declaratórios, complexos, ineficientes, e que dão margem à crescente taxa de evasão e sonegação atuais. O contribuinte brasileiro deseja um sistema mais simples, mais enxuto, menos susceptível de sonegação, e sobretudo uma melhor distribuição da carga tributária atual, que atinge níveis escorchantes.

Só há uma solução. Reiniciar o processo de discussão da Reforma Tributária no Congresso Nacional com a formulação de novas propostas.

Os atuais projetos serão, certamente, subsídios valiosos para o reinício das discussões. Mas é necessário desandar espíritos, ter um novo começo onde a carga de preconceitos e desafetos acumulados nos últimos anos seja esquecida, em prol de uma ampla e definitiva discussão sobre o tema.

Há que se rediscutir a cumulatividade nos impostos. O tema foi objeto de campanha de satanização, transformando impostos cumulativos em verdadeiros inimigos nacionais. Sua eliminação tomou-se um clichê, em uma palavra de ordem sem nenhum significado concreto, repetido por muitos, mas sem qualquer compreensão nítida do que se está discutindo.

Há que se reavaliar o peso da atual carga tributária, quase confiscatória, dentro de um amplo debate sobre o pacto federativo.

Há que se rediscutir os direitos e garantias dos contribuintes.

Há que se reconhecer que em economias integradas e globalizadas, com alta mobilidade de fatores e de capitais, a questão da evasão, da elisão, e dos preços de transferência, precisa ser melhor avaliada, podendo se tomar necessária a adoção de novos paradigmas tributários para a adequação da estrutura fiscal à nova realidade mundial.

Somente um novo começo poderá superar os atuais conflitos. Mas uma coisa é certa, o Brasil precisa cada vez mais urgentemente de uma profunda reforma tributária.

Remendos, improvisações e apego a velhos e desgastados paradigmas irão sempre resultar no que a sociedade assiste agora estarecida: a incapacidade do governo, em todos as suas instâncias, de avançar na Reforma Tributária que o contribuinte brasileiro tanto reclama.

---

Marcos Cintra

Internet: [www.marcoscindra.org](http://www.marcoscindra.org)

E-mail: [mcindra@marcoscindra.org](mailto:mcindra@marcoscindra.org)

### 3. Histórias de um governo de plástico

*(Publicado na Folha de São Paulo, em 15-5-00)*

Que as comemorações dos 500 anos do Descobrimento tenham sido um retumbante fracasso, já é reconhecido por todos. Violência, intolerância, elitismo, falta de imaginação, hilariantes fracassos náuticos, enfim, uma festa, que por ter sido tão esperada, revelou-se profundamente decepcionante.

Ao rol desses poucos edificantes conceitos acrescentem-se mais alguns: pseudo-modernidade, frivolidade, e desperdício. Explico.

Há cerca de dez meses, o Banco Central anunciou sua intenção de lançar cédulas comemorativas dos 500 anos do Brasil.

Na sequência, soube que a empresa localizada em Salto, São Paulo, que fornece o papel de algodão utilizado na confecção das cédulas brasileiras, deseja colaborar com a festividade, havia oferecido gratuitamente ao governo o papel necessário para a confecção de 2 milhões de cédulas comemorativas, mas que tal oferta sequer mereceu resposta do Banco Central. Comecei a ficar intrigado.

Tomei conhecimento, logo após, da afirmação do Banco Central de que a emissão comemorativa seria também "experimental", com o intuito de avaliar as qualidades de um novo material na confecção de cédulas de plástico, chamado polímero. Fiquei desconfiado. Os 500 anos seriam mero pretexto para um novo projeto monetário?

Tentei tranquilizar-me, querendo acreditar que a justificativa festiva poderia estar dando início a um experimento interessante do ponto de vista de inovações tecnológicas.

Descobri, logo após, que as novas notas de plástico de 10 reais substituiriam 50% das de papel que se acham em circulação. E mais, após esse "teste", 15% de todas as notas em circulação no país seriam de plástico. Pareceu-me mais que um mero experimento. A inquietação crescia.

Formulei requerimento ao Banco Central, por intermédio da Câmara dos Deputados, solicitando maiores informações, afinal, o que era para ser uma emissão festiva começava a perder, para mim, parte do brilho da iniciativa.

Com a resposta, tudo revelou-se profundamente decepcionante.

---

Marcos Cintra

Internet: [www.marcoscindra.org](http://www.marcoscindra.org)

E-mail: [mcindra@marcoscindra.org](mailto:mcindra@marcoscindra.org)

O plástico, o tal polímero, é material importado da Austrália, e custará US\$ 26 milhões. O Banco Central não soube informar se houve concorrência para sua compra, mas acredito que tenha sido adquirido sem licitação, já que apenas uma empresa, uma estatal australiana, o fabrica.

O Banco Central apontou qualidades no novo material, tal como durabilidade quatro vezes maior que as cédulas de papel, e conseqüente redução do custo de manutenção do meio circulante, além de maior dificuldade para falsificações.

O curioso contudo, é que apenas dois países no mundo tenham descoberto tais vantagens: o pai da criança, a Austrália e sua vizinha Nova Zelândia. Alguns outros países, segundo o Banco Central, já usaram polímero em suas cédulas", tais como Brunei, Samoa, Kuwait, Papua Nova Guiné, Romênia e alguns outros.

Mas o curioso mesmo é que as economias mais importantes do mundo ainda não tenham descoberto as vantagens do polímero. Em realidade, nem poderiam utilizar tal inovação, pois nos EUA e na Comunidade Européia a confecção de dinheiro está legalmente protegida, inclusive no que respeita a nacionalidade das empresas fornecedoras, proibindo-se fornecimento estrangeiro, e com muito maior razão, por razões estratégicas, se o fornecedor for um monopolista mundial, como ocorre com o polímero.

Mas a maior decepção acha-se no descaso do Banco Central para com a produção nacional. Em primeiro lugar, mesmo que a longo prazo o custo da cédula de plástico seja menor (mas isto ainda necessita ser testado no Brasil), trata-se de um dispêndio inicial em dólares, para um produto com sucedâneo quase perfeito e com custos em reais. Sabe-se que o déficit comercial externo ainda ronda o país, e que o valor social de um dólar para o Brasil pode ser maior do que seu valor no mercado de câmbio.

Ademais, que lógica perversa leva o governo a desnecessária e caprichosamente gerar empregos e renda na Austrália em plena festa da cidadania brasileira?

Quando as expectativas e o entusiasmo nacional, em face dos eventos comemorativos do Descobrimento, ensejam a reafirmação de nossa soberania, assim como a convalidação dos episódios que nos levaram até aqui como povo, nação, cultura e civilização, chega a ser asinino integrar à festa dos 500 anos a emissão de dinheiro brasileiro feito com matéria prima estrangeira. Como não ponderar as variáveis simbólicas fortíssimas que estariam a presidir essa idéia estapafúrdia, mascarada de imaginosa.

Por pressa, ou por irreflexão, ou, quem sabe, por equívoco, o Banco Central abraçou a causa do fornecedor. O povo brasileiro esperava comemorar os 500 anos de forma mais digna e mais condizente com a grandiosidade que a data sugere.

O dinheiro de plástico, além de ser uma idéia artificial, frívola, e pseudo-moderna nos sugere uma instigante questão: para que usar algodão brasileiro se for possível exibir o elegante e sofisticado plástico australiano?

O Brasil, ora o Brasil, para o governo isso parecem não ter importância!

#### **4. A reforma tributária como farsa**

*(Publicado na Folha de S.Paulo, 6-6-00)*

Virou moda afirmar que a reforma tributária não acontece porque o governo, que está arrecadando muito, não deseja mudanças.

Isto pode ser verdade, mas não pelas razões alegadas.

Ninguém será contra uma reforma se ela for capaz de simplificar, reduzir custos, desburocratizar arrecadação, eliminar a sonegação, e melhorar os padrões de incidência tributária. Certamente, tal sistema seria apoiado por toda a sociedade, inclusive pelo governo.

Por outro lado, quem defenderia uma reforma tributária se houvesse risco de queda de arrecadação, e se ela implicasse elevação de ali quotas, criação de novos tributos, estímulos ao crescimento da sonegação, e maior complexidade nos procedimentos de arrecadação? Ninguém a defenderia, principalmente o governo.

Pois é exatamente isto que ocorre com os projetos da Comissão Especial de Reforma Tributária. O Ministério da Fazenda, como todo o país, deseja uma reforma. Mas não a que se encontra nas mãos do presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, cujas características básicas se assemelham aos aspectos negativos apontados acima.

A posição do governo deve ser particularmente cautelosa. Tem a obrigação de condicionar seu apoio à garantia de manutenção dos atuais níveis de arrecadação, atualmente de cerca de RS 250 bilhões anuais. Seria irresponsável e demagógico se o Executivo admitisse alterações que pudessem colocar em risco as metas de equilíbrio fiscal que, a duras penas, foram atingidas nos últimos meses, ou que, em sua avaliação, pudessem representar retrocesso no sistema tributário brasileiro em termos de eficiência, equidade, ou economicidade.

O principal obstáculo no caminho da reforma tributária não se encontra na incompetência do governo por uma reforma, mas sim, na péssima qualidade das propostas apresentadas pela Comissão Especial de Reforma Tributária. Como diz Roberto Campos, os projetos apresentados conseguem apenas "aperfeiçoar o obsoleto". São, segundo o professor Ives Gandra da Silva Martins, o que de pior já se deparara em quarenta anos de atividade profissional.

Vejamos alguns fatos.

---

Marcos Cintra  
Internet: [www.marcoscindra.org](http://www.marcoscindra.org)  
E-mail: [mcindra@marcoscindra.org](mailto:mcindra@marcoscindra.org)

A Comissão Especial de Reforma Tributária vem desenvolvendo seus trabalhos desde 1995. O relatar daquela Comissão é o mesmo, desde o início, o deputado Mussa Demes, que já apresentou quatro versões de seu parecer. Três delas não foram sequer apreciadas na Comissão por ausência de apoio parlamentar. A última, datada de novembro passado, foi votada e aprovada por 35 votos a favor e um contrário, o meu.

Tal maioria em sua aprovação significou respaldo técnico da Comissão? Curiosamente, não.

Esse mesmo relatório foi logo em seguida renegado pela própria Comissão, que, ao término de seus trabalhos, encaminhou ao presidente Michel Temer um rascunho de uma "emenda aglutinativa", propondo ser este, e não o relatório oficial, o texto a ser encaminhado ao plenário da Câmara.

Cumprе explicar que o relatório de número quatro foi aprovado depois de um processo traumático de discussões nas quais o PFL, partido do próprio relator, insurgiu-se contra a proposta, chegando a impedir sua leitura na data marcada pela Comissão. Chegou-se a um acordo no sentido de aprová-lo no dia seguinte, apesar das profundas divergências que foram suscitadas, tendo sido proposto que as correções seriam feitas na própria Comissão por votação de destaques, e posteriormente em plenário da Câmara dos Deputados.

Mas, como seria de esperar, esta ação acabou por desfigurar ainda mais o projeto original, tornado-o inaceitável pelo governo e por vários setores da economia brasileira. Daí o surgimento de um projeto alternativo, porém igualmente ruim, a tal da "emenda aglutinativa".

O resumo da ópera é o seguinte: a Comissão revelou-se incapaz de produzir um projeto razoável de reforma tributária. Apenas produziu dois projetos inviáveis.

A proposta aprovada oficialmente pela Comissão, é conservadora, e ainda agrava os defeitos do sistema atual. Para substituir o IPI, o atual imposto estadual de circulação

(ICMS), e as contribuições sociais, esta proposta cria um NA convencional, declaratório e burocratizado, um ICMS piorado. Contudo, para gerar a mesma arrecadação, a alíquota total sobre o valor agregado precisará ser excessivamente elevada. O setor de serviços, por exemplo, terá sua carga tributária dobrada. A evasão e a sonegação serão estimuladas.

O projeto ainda contém falhas técnicas gritantes, como a introdução do método do "barquinho" na arrecadação do NA, que, no comércio interestadual, acarretará a geração de saldos credores sistêmicos, e certamente ilíquidos, contra o governo. E comete a mais arrematada insensatez ao criar novos impostos, como o Imposto de Vendas a Varejo, o IVV, um presente de grego para os Municípios que perderão o ISS, e transferirão para os Estados e para a União a base tributária que mais cresce na economia moderna, os serviços.

A emenda aglutinativa encaminhada como "sugestão" ao presidente Michel Temer busca ser uma proposta consensual e negociada com os Estados e com a União, ainda que não haja comprovação de que tenha logrado tal desiderato. Trata-se de uma redação alternativa dos mesmos princípios contidos no projeto oficial.

Na tentativa de incorporar sugestões isoladas para angariar apoios, o novo projeto perde coerência conceitual. Revela um detalhismo pouco usual em textos constitucionais. Chega a ser exótico que, para remeter a arrecadação do novo IVA ao Estado de destino, se proponha um texto constitucional que admite escolha entre alternativas excludentes, como a

da utilização da técnica do "barquinho", ou da criação de um fundo de compensação, ou de quaisquer "outros procedimentos".

Culminando o que poderia ser classificado como uma anti-reforma, a proposta "informal" admite a criação de treze novas espécies tributárias, todas declaratórias, tecnocráticas, e altamente sonegáveis, compensadas parcialmente com a extinção de apenas quatro.

Se persistirem as pressões sobre o presidente Fernando Henrique para aprovar a reforma tributária da Câmara dos Deputados, a melhor estratégia, a mais pragmática, seria aceitar sua imediata aprovação e enviá-la para o Senado, onde, supostamente, haveria esperança de uma reformulação para prevalecer um mínimo de racionalidade e de bom senso.

Mas, por via das dúvidas, o presidente FHC exigiu que a reforma tributária só passe a valer a partir de 2003. Se alguém tiver que ficar com mais essa batata quente nas mãos, que seja o próximo governo.

## 5. Paraíso dos sonegadores

*(Publicado no Jornal da Tarde. em 1-11-00)*

Mais de 30% de tudo que é produzido no Brasil vai para o caixa do governo. Segundo dados da Secretaria da Receita Federal, a receita tributária passou de R\$ 64,32 bilhões para R\$ 151,52 bilhões, entre 1994 e 1999 vale dizer, um crescimento líquido de cerca de 136% em cinco anos, ou 18,7% ao ano em média. O reflexo disto é que o brasileiro trabalha 4 meses no ano (3 meses há 5 anos atrás) para abastecer os cofres públicos. Um número elevado para o nível de renda observado no Brasil.

Outro problema é a injusta distribuição dos impostos no país. Os mais pobres são obrigados a suportar uma carga de tributos extremamente elevada. Os alimentos, para citar apenas um caso, carregam em seus preços ao consumidor 34,7% em impostos, enquanto que a média internacional é de 7%.

Dentre os impostos diretos, aqueles que oneram a renda e o patrimônio dos contribuintes, destaco o Imposto de Renda comparando-o com o que ocorre nos Estados Unidos, por exemplo.

Na tabela abaixo vê-se que enquanto nos Estados Unidos a alíquota efetiva passa de 15% para 19% a partir de uma renda tributável de R\$ 9.900 por mês, no Brasil essa alíquota já é atingida a partir de R\$ 1.200 por mês. Vale lembrar que a renda tributável difere de renda total recebida pelo contribuinte. A renda tributável é a que excede o limite de isenção. No Brasil esse limite é de R\$ 10.800/ano, R\$ 900/mês. Para efeito de comparação utilizei dados de renda tributável nos Estados Unidos, obtidos no site do Internal Revenue Service e convertidos pelo câmbio de R\$ 1,80 e US\$ 1, e a atual tabela do Imposto de Renda brasileira.

Comparativo do Imposto de Renda no Brasil e Estados Unidos

<b>Renda tributável anual no Brasil e nos Estados Unidos (R\$)</b>	<b>Alíquota efetiva no Brasil</b>	<b>Alíquota efetiva nos Estados Unidos</b>
2.200	15%	15%
15.200	19%	15%
28.200	23%	15%
41.200	24%	15%
54.200	25%	15%
80.200	26%	15%
119.200	26%	19%

---

Marcos Cintra

Internet: [www.marcoscindra.org](http://www.marcoscindra.org)  
E-mail: [mcindra@marcoscindra.org](mailto:mcindra@marcoscindra.org)

Se não bastassem os contrastes acima revelados de elevação brutal da carga tributária no Brasil e da disparidade do imposto sobre a renda aqui e nos Estados Unidos, é importante apontar outra componente dessa disparidade a contribuição da classe assalariada, além de crescente, é involuntária, devido ao congelamento da Tabela do Imposto de Renda nos últimos exercícios.

O que veio agravar a situação da classe assalariada, a mais penalizada por conta da má distribuição de renda vigente no país, que, assim, se deteriora, ainda mais. Sofrendo descontos automáticos na fonte, ela não tem como recorrer às brechas legais como aqueles que podem planejar sua vida tributária e exercer a sonegação legal como os beneficiários de alta renda, seja pessoa física ou jurídica. Segundo o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (UNAFISCO Sindical), a não-correção da Tabela do Imposto de Renda produz uma receita adicional de R\$ 3 bilhões por ano, fazendo com que cerca de cinco milhões de contribuintes que não deveriam estejam pagando Imposto de Renda, por conta do arrocho na base da pirâmide, onerando os contribuintes de menor renda. A Tabela do Imposto de Renda congelada configura um confisco inflacionário, que o governo justifica como combate à indexação.

Os dados da Secretaria da Receita Federal refletem exatamente isto. Nos últimos três anos, a receita do Imposto de Renda - Pessoa Física (IRPF) saltou de R\$ 18,3 bilhões para R\$ 34,5 bilhões, dos quais, R\$ 15,3 bilhões provenientes do contribuinte assalariado. A medida do descalabro é ilustrada por dois fatos intimamente interligados 42% das maiores instituições financeiras no país não

recolhem Imposto de Renda - Pessoa Jurídica (IRPJ) (Everardo Maciel, secretário da Receita Federal, CPI dos Bancos, maio de 1999); e cerca de 50% da receita tributária do governo é canalizada ao pagamento dos juros da crescente dívida pública.

A contrapartida é a carência de serviços públicos básicos - educação, saúde, segurança, etc. - integrantes de indicadores sociais, cuja publicação anual de organismos internacionais colocam o Brasil em posição desconfortável no ranking do subdesenvolvimento.

Os números são cruéis. Não me canso de repetir que no Brasil tem um sistema tributário distorcido, arcaico, injusto e ineficiente, incentivador da sonegação e evasão fiscal. Essa realidade, que o governo insiste em manter, apesar do clamor social, precisa mudar.

O Brasil não pode continuar sendo um paraíso para os sonegadores de impostos.

## 6. Sobrevivência das microempresas

*(Publicado na Folha de S.Paulo, em 6-11-00)*

Um dos principais fatores limitantes do crescimento econômico no Brasil tem sido a alta carga tributária. De 22 a 25% do PIB no início dos anos 90 os tributos representam hoje 1/3 de toda a produção nacional. Em consequência o crescimento econômico minguou e o desemprego se expandiu.

Crescer e gerar empregos é uma demanda social que conta com um grande aliado que são as micro e pequenas empresas. Esse dinâmico segmento empresarial pode ser um dos principais pilares no processo de crescimento auto-sustentado.

Para isso é fundamental que o sistema "Simples", que apesar de não diminuir a carga de tributos, trouxe para a formalidade inúmeras empresas, passe a abranger atividades como os profissionais liberais, escolas e outros.

Outra questão é a necessidade de se diminuir a carga de tributos sobre a folha de salários.

A responsabilidade do Congresso neste momento é enorme. A sociedade tem visto que uma reforma tributária ampla e profunda tem sido impossível a curto prazo em razão dos interesses diversos envolvidos. No entanto, há pontos consensuais que precisam ser encaminhados, de tal forma a fortalecer o papel das micro e pequenas empresas no sistema econômico.

Como deputado estou relatando vários projetos que incluem novas atividades no "Simples". Estou encaminhando em todos eles meu parecer favorável, uma vez que entendo ser esse sistema um avanço tributário que precisa ser estendido a todos os setores onde as micro e pequenas empresas atuam.

Quanto a desoneração da folha de salários sou autor do projeto ~ 256/00, que substitui gradualmente as contribuições patronais ao INSS pela Contribuição Social sobre Movimentação Financeira. A intenção dessa proposta é reduzir os custos sobre a contratação de pessoal e aumentar a competitividade das empresas, sobretudo das micro e pequenas empresas, que atuam em grande parte na prestação de serviços, setor que registra custos significativos com mão-de-obra.

O avanço nestas questões, "Simples" e desoneração da folha de salários, são fundamentais para as micro e pequenas empresas.

A pressão legítima dos microempresários junto aos congressistas, visando a aprovação destes projetos, se faz necessária para esse segmento seguir produzindo riquezas e gerando empregos.

## **7. Salário mínimo, sigilo bancário e sonegação**

*(Publicado na Folha de S.Paulo e no Correio Brasiliense, em 6-11-00)*

o desejo generalizado de aumentar o rendimento dos assalariados, conjugado com os efeitos da recente Lei de Responsabilidade Fiscal, colocou em evidência uma discussão que não era comum no passado: a necessidade de identificação de fontes de recursos para custear novos gastos orçamentários, como o aumento do salário mínimo para R\$ 180.

Fala-se em aumentar impostos. No entanto, esta solução seria inviável para uma sociedade que suporta uma das mais altas cargas tributárias do mundo, comparativamente a economias com nível de renda per capita equivalente à brasileira. Aumento de impostos implicarão a deterioração das condições de competitividade da produção nacional.

Seria mais racional a busca de novas receitas através do combate às brechas de sonegação. É isto que o governo pretende com o projeto de Lei nº 3.756.

O projeto modifica a Lei nº 9.311, que criou a CPMF, e que em seu parágrafo 32 do artigo 11, veda o uso das informações sobre a movimentação financeira dos contribuintes "para a constituição do crédito tributário relativo a outras contribuições ou impostos". Hoje, a Receita Federal pode requisitar informações sobre a movimentação bancária de qualquer correntista, mas a informação só pode ser empregada na fiscalização da própria CPMF, não podendo ser utilizada, por exemplo, para fazer cruzamentos com o Imposto de Renda. É esta limitação que se pretende remover, tomando mais eficiente o combate à sonegação.

É importante frisar que não se pretende enfraquecer a atual legislação que protege a privacidade do cidadão brasileiro. Esta continuará a mesma, ainda que existam proposições tramitando no Congresso Nacional que, se aprovadas, poderiam comprometer seriamente este direito fundamental da cidadania. O que se deseja é simplesmente que, da mesma forma que as declarações de todos os demais tributos podem ser cruzados para se combater a sonegação que campeia em nosso país, também se possa fazer o mesmo com os dados da CPMF. Nada mais razoável, portanto.

---

Marcos Cintra

Internet: [www.marcoscindra.org](http://www.marcoscindra.org)  
E-mail: [mcindra@marcoscindra.org](mailto:mcindra@marcoscindra.org)

A CPMF comprovadamente é um tributo de enorme eficiência e robustez. Além de simples, e de baixíssimo custo operacional, ela é insonegável. E, de sobra, ainda gera um sub-produto de inestimável valor para a luta contra a corrupção, a criminalidade, e a sonegação. Trata-se de um imposto que revela, com grande precisão, onde se situam os focos de sonegação tributária, vício social que precisa ser drasticamente coibido, e punido, em nosso País.

Recente estudo elaborado pela Receita Federal revela dados estarrecedores. Bilhões de reais circulam livremente na economia brasileira sem serem alcançados pelo Imposto de Renda.

### **Cruzamento entre Declaração de Imposto de Renda e Movimentação Financeira**

Movimentação Financeira (R\$ mil)	Isentos, Inativos, Omissos e Empresas cadastradas no Simples		
	Números de Pessoas Físicas e Jurídicas	Movimentação Financeira (R\$ milhões)	Estimativa** de Rendimentos (R\$ milhões)
Até 100	29.402.542	251.896	25.189
+ 100 até 500	559.161	116.869	38.956
+ 500 até 1000	51.065	34.669	13.867
+ 1.000 até 10.000	33.991	100.862	50.431
+ 10.000 até 100.000	2.372	88.138	80.125
+ de 100.000	254	264.132	164.132
Movimentação Financeira Incompatível com IR. *	512.117	465.540	339.244

\* Movimentação financeira acima de as 1.000.000 para empresas cadastradas no Simples, e acima de as 100.000 para as demais pessoas físicas e jurídicas.

\*\* Tomando-se a movimentação financeira média de cada classe e dividindo pela relação movimentação financeira / rendimentos abaixo:

Até 10.000= 10; 10.000 até 100.000=5; 100.000 até 500.000= 3; 500.000 até 1.000.000=2,5; 1.000.000 até 10.000.000 = 2,0; 10.000.000 até 100.000.000 = 1,1; + até 100.000.000 = 1,0

Os dados da tabela acima nos mostram a insólita situação onde isentos, omissos, inativos e empresas cadastradas no Simples movimentam anualmente valor equivalente a cerca de metade do pm brasileiro. Por exemplo, 254 pessoas físicas e jurídicas movimentaram, em 1999, R\$ 164,1 bilhões sem serem alcançados pelo imposto de renda. Da mesma forma, 559.161 pessoas movimentaram R\$ 116,9 bilhões, uma média mensal de R\$ 17,4 mil. ao mesmo tempo em que "declararam-se" não-contribuintes do Imposto de Renda.

As informações da tabela nos mostram que 512.117 pessoas físicas e jurídicas efetuaram durante 1999 movimentação financeira no montante total de R\$ 465 bilhões, que pode ser considerada incompatível com a legislação do imposto de renda. Tal movimentação financeira deixa implícita a existência de rendimentos não declarados estimados em R\$ 339,2 bilhões.

Supondo-se que a legislação seja alterada para permitir cruzamentos individuais entre CPMF e IR. é lícito supor que estes rendimentos seriam alcançados pelo imposto de renda. Ainda que com a alíquota mínima de 10%, os ganhos de arrecadação situar-se-iam em valores acima de R\$ 30 bilhões, montante suficiente para financiar aumentos muito mais significativos para o salário mínimo do que os R\$ 180.

Mas antes de concluir deixo uma pergunta no ar. Quando em 1990 propus pela primeira vez no Brasil a adoção de um imposto sobre movimentação financeira, o fiz pensando em um Imposto Único. Não o concebi como um imposto a mais, e, portanto, jamais o imaginei como sendo o instrumento de fiscalização em que acabou sendo transformado. Não seria hora de se apontar suas notáveis qualidades intrínsecas, ao invés de se observar prioritariamente suas características acessórias de agente de fiscalização?

Não seria mais racional ir-se ampliando o espaço de impostos como a CPMF no sistema tributário brasileiro, ir-se eliminando impostos declaratórios ineficientes, burocratizados e sujeitos a todo tipo de fraude, como os que existem atualmente, e assim caminhar-se na direção de uma estrutura tributária mais justa e mais confiável, como o Imposto Único, que imaginei há quase onze anos atrás?

## Proposições Apresentadas

### Projetos de Lei

PL nº 2.299/00 Obriga as casas de Bingo a divulgarem o nome da instituição que está sendo beneficiada.

PL nº 2.411/00 Dispõe sobre multas tributárias. O projeto objetiva reduzir a multa para as empresas que pretendem baixar seu CNPJ e elimina a cobrança de qualquer ônus para o caso de empresas que não estejam em funcionamento.

PL nº 2.412/00 Dispõe sobre incentivo fiscal a crianças e famílias carentes. O projeto cria mecanismos simples de descentralização do combate à pobreza, na expressão de incentivo fiscal às empresas que queiram financiar o estudo dos mais necessitados.

PL nº 2.627/00 Acrescenta dispositivo ao art. 485 do Código de Processo Civil, que dispõe sobre ação rescisória.

PL nº 2.869/00 Concede anistia aos profissionais registrados nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia que se encontrem em débito com suas anuidades, já que eles estão impedidos de exercer sua profissão.

**PL nº 2.894/00** Proíbe qualquer destinação de recursos do DPVAT a setores que não estejam relacionados com a administração deste seguro ou com o pagamento de suas indenizações.

PL nº 3.105/00 Projeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de advertência sobre a presença de substâncias potencialmente cancerígenas nos rótulos de produtos para o consumo humano ou animal.

**PL nº 3.355/00** O objetivo do projeto de lei é obrigar o locador a pagar as obrigações tributárias do imóvel, vedando o repasse destes encargos ao locatário. Desta forma, estamos alterando o inciso VIII do art. 22 e revogando o 8º. 25, da Lei 02 8.245/91.

**PL nº 3.425/00** Dispõe sobre a obrigatoriedade de as instituições financeiras bancárias totalizarem mensalmente, nos extratos de movimentação de seus clientes, os encargos, despesas e taxas, todos relativos a prestação de serviços bancários, e dá outras providências.

**PL nº 3.539/00** O projeto obriga as casas de bingo a divulgarem, mediante a distribuição de folhetos a todos os frequentadores, os valores arrecadados e transferidos à entidade desportiva credenciada.

**PL nº 3.696/00** Institui a aprovação em exame obrigatório, como condição para exercício da profissão de cirurgião-dentista.

**PL nº 3.773/00** Determina que os periódicos divulguem a relação dos anunciantes e financiadores que tenham peso significativo no custeio da tiragem e da distribuição do veículo de imprensa.

**PL nº 3.966/00** Obriga o credor a informar imediatamente ao Sistema de Proteção ao Crédito – SPC – a quitação do débito. Caso não o faça, ficará sujeito ao pagamento de uma indenização pelos danos morais causados.

**PL nº 3.995/00** Atualiza os limites da receita bruta anual para enquadramento das empresas ao sistema simples.

### **Propostas de Emenda à Constituição**

**PEC nº 220/00** Altera a redação dos artigos 7º, 195 e 240 da Constituição Federal, instituindo a categoria do “Trabalhador-Empresário”, como forma alternativa de contratação de trabalho, na qual os valores correspondentes aos encargos sobre os salários passam a integrar a sua remuneração, e dá outras providências.

**PEC nº 256/00** A PEC cria a Contribuição Social sobre a Movimentação Financeira (CSMF) com o objetivo de desonerar a folha de pagamento.

### **Projeto de Lei Complementar**

**PLC nº 142/00** Altera a Lei 4.595/64, dispondo que compete privativamente ao Banco Central emitir papel-moeda e moeda metálica, que serão fabricados no Brasil mediante contratação exclusiva dos serviços da Casa da Moeda. (Cédula de Plástico.)

### Projetos de Resolução da Câmara

PRC nº 74/00 Modifica o § 4º do art. 35 do Regimento Interno, elevando para dez (10) o número da CPI que podem funcionar ao mesmo tempo na Casa.

RIC nº 1.791/00 Solicita informações ao Ministro das Comunicações, a respeito da participação da empresa Solpart no leilão de privatização do Sistema Telebrás.

### Requerimentos de Informação

PRC nº 85/00 Institui Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a formação de cartel, e a manipulação de preços, por parte das grandes indústrias de suco de laranja.

RIC nº 1.842/00 Solicita ao Ministro da Fazenda informações sobre o impacto do Projeto de Lei nº 4.821/98 na renúncia fiscal da União

RIC nº 2.062/00 Solicita ao Ministro da Saúde (MS) informação quanto à suficiência dos valores recebidos pelo SUS por conta do DPVAT. O objetivo é saber se há equilíbrio na relação existente entre esses valores recebidos pelo SUS e o montante dos gastos por ele efetuado com as vítimas de acidentes.

RIC nº 2.306/00 Requerimento de informações ao SR. Ministro dos Transportes sobre plano de assistência medica instituído pelo Ministério.

### Indicações

INC nº 714/00 Requer envio de Indicação ao Ministério da Educação relativa a inclusão da temática “Planejamento Familiar”.

INC nº 749/00 Sugere modificação de procedimentos, na área da Receita Federal. O objetivo é eliminar a burocracia e proteger o empresário de custos irracionais e contraproducentes.

INC nº 815/00 Sugere alteração da classificação tarifaria dos produtos que menciona. Desta forma, implementa-se a justiça fiscal na tributação desses produtos.

INC nº 816/00 Sugere a adoção de providências no sentido de coibir o funcionamento de emissoras de radiodifusão sonora, em onda média (AM), que não geram sua própria programação.

INC nº 817/00 Sugere a inclusão do conteúdo de "Direito e Legislação" no currículo da educação básica.

INC nº 818/00 Sugere a adoção de providências no sentido de coibir o funcionamento de emissoras de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM), que não geram sua própria programação.

INC nº 923/00 Sugere ao MJ a instalação de uma Delegacia da Receita Federal em São Carlos/SP.

INC nº 924/00 Sugere ao Ministério da Justiça (MJ) a instalação de um escritório da Polícia Federal em São Carlos/SP.

INC nº 1.045/00 Indicação ao Ministro do Desenvolvimento (MD) com o intuito de sugerir a eliminação de certidão negativa de débito no registro de exportadores, já que sua apresentação é uma exigência burocrática que não guarda relação alguma com a exportação que, em geral, é uma operação não-vinculada com aspectos creditícios ou fiscais.

INC nº 1.228/00 Sugere a instalação de uma agência do Banco do Brasil na região do Parque Iguatemi – São Matheus/SP.

INC. nº 1.229/00 Sugere a instalação de uma agência da Caixa Econômica Federal na região do Parque Iguatemi - São Matheus/SP.

INC nº 1.293/00 Sugere a adoção de providências quanto ao sistema de saúde do Município de Cubatão/SP.

INC nº 1.294/00 Sugere mudanças nas condições de concessão de benefício fiscal do ICMS para deficientes físicos que desejam adquirir um automóvel adaptado.

INC nº 1.295/00 Sugere o estabelecimento de período de carência na aplicação das novas alíquotas de tributos que incidem sobre os produtos cerâmicos.

INC nº 1.296/00 Sugere a adoção das providências necessárias à concessão de horário especial aos militares estudantes.

